

3. Freguesia de São Pedro da Ericeira

Anterior à Reforma jurídico-administrativa do ano de 1855, a Ericeira estava classificada administrativamente como um pequeno Concelho que, tal como outros circundantes, foram extintos e agregados ao Concelho de Mafra. Confrontava-se a Sul com a Freguesia da Carvoeira, a Sudeste com a Freguesia de Mafra, a Norte e a Nordeste com a Freguesia de Santo Isidoro e a Oeste com o Oceano Atlântico.

Esta paróquia, com características geográficas muito particulares, apresentava uma situação distinta de outra qualquer do Concelho Mafra. Virada inteiramente para o mar, que a caracteriza e sustenta, marcando a sua entidade colectiva, o que se reflectia nas variadas franjas do seu tecido social: a vida marítima e a vida da pesca. O turismo, armadores de navios e fábricas de conserva começavam a despontar a partir do terceiro quartel do século XIX.¹

A sua qualidade urbana é também compreendida na consulta das diversas fontes existentes no Arquivo Municipal.²

Colocam-se, assim, as seguintes questões centrais.

Quem era a população da Ericeira na segunda metade do século XIX?

Como se desenrolou a escolarização das crianças nesta freguesia?

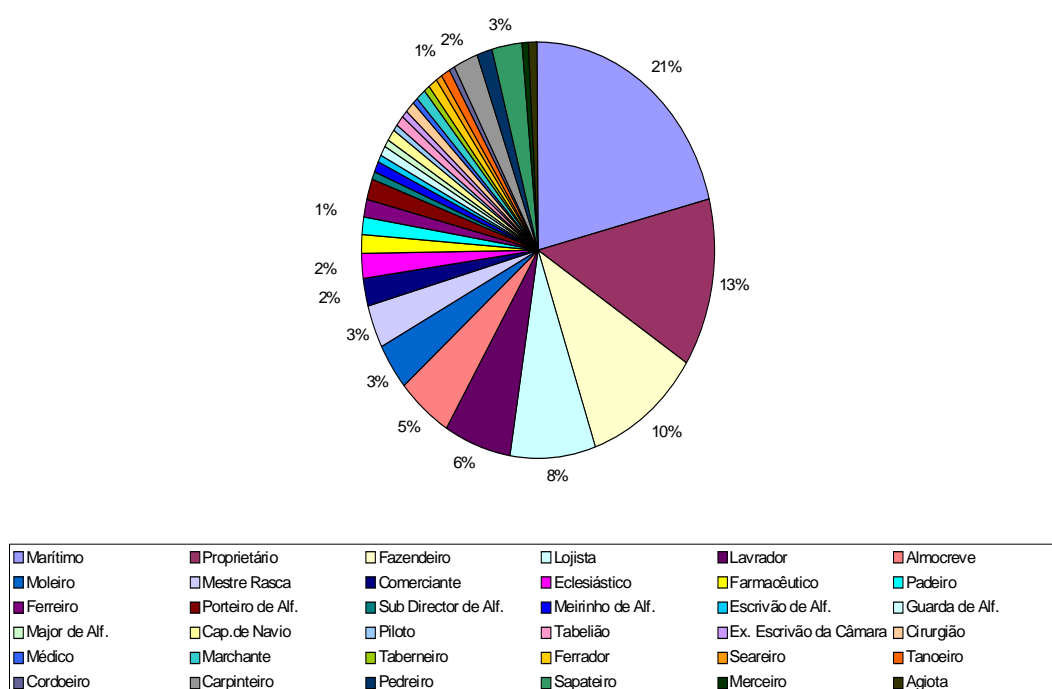
Gráfico n.º 61 – A população da Paróquia de São Pedro da Ericeira de 1860 a 1900



Fontes: A.H.M.M. – *Mapa Estatístico da Instrução Primária e Secundária no Concelho de Mafra em Relação à sua População nos anos de 1860 / 1870 / 1879*; *Censo da População do Reino de Portugal – no 1º de Dezembro de 1900* (Quarto Recenseamento da População Geral), Vol. III, Lisboa, Typografia «A Editora», 1906, p. 176

Os dados constantes do gráfico elucidam-nos sobre o crescimento populacional desta Freguesia entre a década de 60 a 70 do século XIX, sofrendo poucas alterações na década subsequente. Na década de noventa até ao limiar de 1900, apresentava um forte decréscimo populacional, sendo inferior ao número da população registada nos anos sessenta do século XIX. Pode afirmar-se que, no terceiro quartel do século, ocorreu um forte fluxo de emigração da população.³

Gráfico n.º 62 – As profissões na Freguesia da Ericeira – anos de 1856-1857



Fonte: A.H.M.M – *Lv. de Eleitores e Elegíveis* - anos de 1856 a 1859

Uma parte significativa da população encontrava-se ligada à vida marítima e a outras profissões a ela inerentes, a saber: profissões alfandegárias, capitães e pilotos de navios. Também surgem os mestres de rasca, que se ligam à subsistência da vida na pesca.

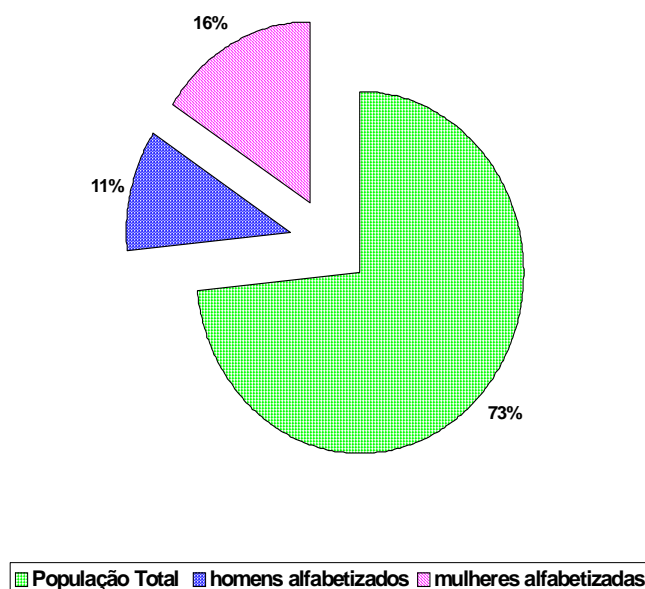
Vários proprietários tinham residência na Vila da Ericeira. Fazendeiros, lavradores e moleiros eram, na sua maioria, oriundos das localidades adjacentes que faziam parte da Freguesia.

Outras profissões, como: médicos, farmacêuticos, agiotas, padeiros, lojistas⁴, sapateiros, marchantes, carpinteiros, pedreiros, comerciantes, tanoeiros⁵ e almoceves reflectem a diversidade do tecido social e sugerem um ambiente de urbanidade.

O nível de instrução da população

No Censo de 1900, lê-se que, na freguesia da Ericeira, existiam 723 fogos e uma população de 2490 habitantes, sendo 1161 indivíduos do sexo masculino e 1329 do sexo feminino. Em relação ao grau de instrução, sabiam ler 374 homens e 534 mulheres.

Gráfico n.º 63 – Alfabetização da população – Freguesia de São Pedro da Ericeira ano de 1900



Fonte: *Censo da População do Reino de Portugal – no 1º de Dezembro de 1900* (Quarto Recenseamento da População Geral), Vol. III, Lisboa, Typografia da «A Editora», 1906, p.p. 176 -177

Rede escolar e provimento de professores no Concelho da Ericeira: 1772 – 1856

No ano de 1772, durante o período Pombalino, no *Mapa de Escolas Menores no Reino*, o Concelho da Ericeira, integrado na Comarca de Torres Vedras, era contemplado com uma cadeira de Primeiras Letras e um mestre régio para o sexo masculino.⁶

A 14 de Janeiro de 1774, na cadeira de Primeiras Letras da Vila da Ericeira, era provido o mestre régio, Florêncio José Gomes, vencendo um ordenado de 40\$000 réis anual, pago pelo Tesouro (Assumpção e Batalha, 1998: 77).

A Câmara da Ericeira recebia, a 18 de Junho de 1805, ordem para notificar todos os mestres de Primeiras Letras que exerciam o ensino na forma pública ou particular, a fim de se apresentarem no Exame de Estado, para obtenção das Licenças de Ensino, autorizadas pela Real Junta de Directoria Geral dos Estudos (Assumpção e Batalha, 1998: 90).

Em 8 de Outubro de 1813, era posta a concurso a cadeira vaga de Primeiras Letras do Concelho da Ericeira.⁷

A 6 de Março de 1815, o Reformador Reitor da Universidade, Bispo de Coimbra, Conde de Arganil, Presidente da Real Directoria Geral dos Estudos, questionava o Corregedor da Comarca de Torres Vedras acerca da falta de mestre de Primeiras Letras na Vila da Ericeira e imputava-lhe a responsabilidade do incumprimento das suas ordens, que resultava num «grave danno» para a «educação publica».⁸

Por Ordem Régia, em 5 de Fevereiro de 1816, a Câmara da Ericeira informava a população da Vila que a cadeira de Primeira Letras encontrava-se encerrada por falta de mestre (Assumpção e Batalha, 1998: 99).

Em 4 de Agosto de 1817, procedia-se de novo à abertura da cadeira vaga de Primeira Letras da Vila da Ericeira. Em 7 de Dezembro de 1818, a Secretaria da Directoria dos Estudos, sediada em Coimbra, dava posse ao professor Feliciano José de Carvalho, após ter feito o Exame de Estado que decorreu em Torres Vedras, averbado no dia 3 de Fevereiro de 1819.⁹

No ano de 1827, no dia 29 de Janeiro, por Despacho da Rainha D. Isabel Maria, Infanta Regente do Reino de Portugal, procedia-se à abertura da vaga da cadeira de Primeiras Letras da Vila da Ericeira «por trasladação» do professor Régio, Feliciano José de Carvalho, para aula da mesma natureza, no lugar de Benfica.¹⁰ Em 19 de Fevereiro de 1827, a Junta da Directoria Geral dos Estudos declarava ter comparecido «somente um concurrente» ao concurso. José Pedro Rego, professor opositor da cadeira de Primeiras Letras da Vila, foi provido por três anos, em 25 de Maio de 1827.¹¹

Em 27 de Setembro de 1834, era provido na cadeira de Instrução Primária Francisco Franco Caiado, de 38 anos, professor particular na Vila da Ericeira. Após prestar provas no Exame de Estado, em Lisboa, no dia 20 de Novembro de 1834, Francisco Caiado ocupava a vaga pelo período de três anos, sob a forma temporária, por determinação da Junta da Directoria, em 6 de Dezembro de 1834.¹²

No dia 27 de Março de 1839, José Monteiro, natural de Alcobaça, solteiro, residente na Vila da Ericeira, com o curso «da Aula do Comercio», e a frequência no «primeiro

ano da Academia de Marinha», lojista de profissão, prestou prova de competência, num Exame de Estado, «sendo digno de ser provido pelas boas circunstancias que nelle concorrem, tendo a acrescentar que a prova de Desenho Linear por ele feita, sem lhe ser exigida, não vai ser por elle assignada». A 10 de Junho de 1840, a cadeira de Ensino Primário encontrava-se de novo a concurso, por motivo de falecimento do docente.¹³

Francisco José Tavares, professor no lugar da Castanheira, Concelho de Vila Franca de Xira, compareceu, no dia 14 de Fevereiro de 1842, perante António Maria do Couto, Reitor do Liceu Nacional de Lisboa, a fim de prestar provas de capacidade no Exame de Estado. Em 14 de Outubro de 1843, era de novo posta a concurso a cadeira de Instrução Primária da Vila da Ericeira, porquanto o professor Francisco Tavares foi transferido para o «lugar de Ajudante da Escola de Mestres», na cidade de Lisboa.¹⁴

Em 11 de Janeiro de 1844, António Gabriel Correia de Andrade, amanuense da administração do Concelho de Mafra,¹⁵ comparecia perante o Reitor do Liceu Nacional de Lisboa, submetendo-se às provas de Exame de Estado, sendo provido na cadeira de Instrução Primária da Vila. Num Decreto de 26 de Março de 1849, era-lhe concedida a exoneração do cargo.¹⁶

Pelo Decreto de 31 de Agosto de 1849, o professor vitalício António Manuel Leite foi transferido da cadeira de Ensino Primário de Cadafais e provido, sob a mesma forma, na Vila da Ericeira. No Decreto de 23 de Maio de 1854, a seu pedido, era-lhe concedida transferência para a cadeira de Instrução Primária do Primeiro Grau da Vila de Setúbal.¹⁷

No dia 30 de Abril de 1855, comparecia perante o Reitor do Liceu Nacional de Lisboa, Joaquim Elisiário Ferreira, natural da Ericeira, 27 anos, solteiro, professor particular de Ensino Primário na Vila, a fim de prestar provas de capacidade para exercer o Magistério público, no Exame de Estado. Foi provido na forma temporária.¹⁸

A nomeação definitiva do Professor Joaquim Elisiário Ferreira

Em 28 de Fevereiro de 1859, a população da Vila da Ericeira redigiu um Requerimento à Rainha D. Maria II, rogando a nomeação vitalícia, na cadeira de Instrução Primária, do professor Joaquim Elisiário Ferreira. Os moradores argumentavam que o dito professor já completara um triénio na forma de provimento temporário, com «bom exame» e «bons serviços» prestados à «mocidade». A «instrucção» tinha-se «generalizado» na Vila, porquanto nenhum professor tinha sido

«assaz competente para viver segundo os usos e costumes d´esta gente» e reunisse «as circunstancias para instruir competentemente seus conterraneos».¹⁹

Em 24 de Março de 1859, o Administrador do Concelho de Mafra, Filipe de Carvalho Gorjão, emitia um parecer favorável, ao Secretário Geral do Conselho Superior de Instrução Pública, informando que o professor de Ensino Primário da Vila da Ericeira, tinha «uma conduta irreprezível» e desempenhava o Magistério com «zelo, boa direcção e aproveitamento dos alumnos», tornando-se «digno de continuar o exercicio na mesma» cadeira.²⁰

Rede escolar do sexo feminino na Vila da Ericeira: 1855-1880

Pela segunda metade do século XIX, o Decreto de 19 de Novembro de 1855 assinado por Rodrigo da Fonseca Magalhães, publicado no *Diário de Governo*, n.º 199, de 21 de Maio de 1856, instituía a Escola Pública de Ensino Primário do Primeiro Grau para o sexo feminino, na Freguesia da Ericeira.²¹

Coube a regência do ensino das meninas à professora de nomeação temporária, e posteriormente na forma vitalícia, Escolástica da Conceição, que durante dezasseis anos exerceu o Magistério Primário na Vila da Ericeira.

No ano lectivo de 1873, era provida na cadeira pública de meninas a professora Deolinda Rosa Caldeira e, no ano lectivo de 1877, tomava posse do lugar a professora Penélope Elisa das Dores Faria.

Em 1880, era a professora interina, Libânia Augusta Pereira, oriunda do ensino particular, que regia a cadeira de meninas da Freguesia sob a forma de substituição.²²

Rede escolar da Freguesia da Ericeira: 1860 – 1883

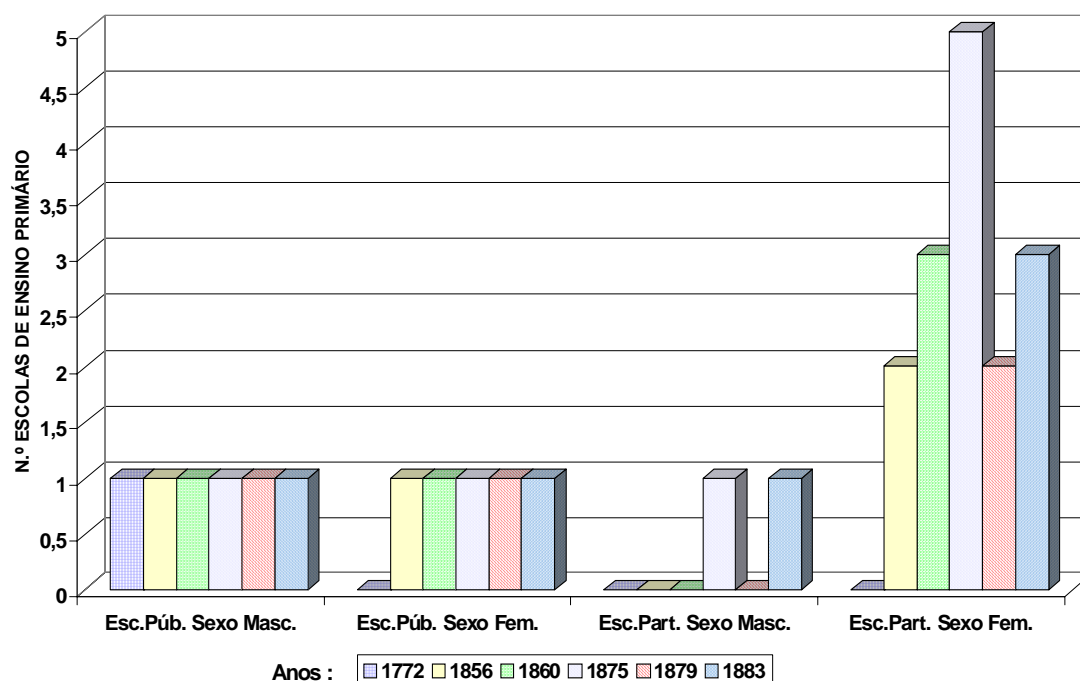
No ano de 1860, na Vila da Ericeira, às duas escolas públicas acresciam três escolas particulares. Quinze anos mais tarde, em 1875, existiam cinco escolas particulares, das quais, quatro eram destinadas ao sexo feminino e uma ao sexo masculino, perfazendo um total de oito escolas de Ensino Elementar Primário na Freguesia.

Em 1879, apesar de se tratar de uma época em que se incentivava fortemente o ensino livre, estimulando-se a salutar concorrência entre o ensino público e o ensino privado, corroborado por António Rodrigues Sampaio, na Reforma de 1878, verificou-

se que se mantiveram as duas escolas públicas, mas diminuiu o número de escolas particulares, para duas, que se destinavam somente ao sexo feminino.

Em 1883, no *Mapa do Movimento Escolar do Concelho de Mafra (Plano Geral Provisório das Escolas)*, concebido pela Junta Escolar, regista-se nova subida do número de escolas particulares, existindo quatro mestras particulares que leccionavam 48 meninas e 9 meninos, perfazendo um total de 6 escolas existentes na Freguesia, sendo duas escolas públicas, uma para cada sexo, e quatro escolas particulares que ministravam Ensino Primário maioritariamente a crianças do sexo feminino.²³

Gráfico n.º 64 – Evolução da rede escolar – Freguesia da Ericeira de 1772 a 1883



Fontes: A.H.M.M. – *Mapa Geral Estatístico da Instrução Primária e Secundária no Concelho de Mafra* – 1856 – 1860-1875-1879/ A.N.T.T. – *Processo de Provimento de Professores* – Séc. XIX – Maço 4388/ *Mapa do Movimento Escolar no Concelho de Mafra e Plano Geral Provisório das Escolas* – 1882/ Carta de Lei que instaura as Escolas Menores do Reino e seus Domínios – *Mapa das Escolas do Reino, Ultramar e Ilhas Adjacentes* – Ajuda em 25/11/1772 – Reg.ºSecretaria de Estado dos Negócios do Reino – Lv. I – Publicado na Chancelaria Mor da Corte e Reino – Lisboa – 26 de Novembro de 1772 – fl. 110. /Decreto de 19 de Dezembro de 1855 – **D.R. 119 – de 21 de Maio de 1856.**

Legenda convencionada:

- Esc.Púb. Sexo Masc.** – Escola pública destinada ao sexo masculino
- Esc. Púb. Sexo Fem.** – Escola pública destinada ao sexo feminino
- Esc.Part. Sexo Masc.** – Escola particular destinada ao sexo masculino
- Esc.Part. Sexo Fem.** – Escola particular destinada ao sexo feminino

É no período Pombalino, que o ensino público de Primeiras Letras se instaura no Município Ericeirense, sendo providas por mestres laicos que se submeteram ao Exame

do Estado. No início do século XIX, entre os anos de 1805 a 1818, que compreendem acontecimentos históricos importantes, como a saída da Corte portuguesa para o Brasil (1800) e as Invasões Francesas (1808-1811), notou-se grande instabilidade no processo de escolarização pública dos meninos, porquanto a cadeira de Primeiras Letras esteve vaga. A partir do ano de 1818, retoma-se a regularidade no provimento de professores, sendo alguns opositores os mestres particulares que exerciam o ensino na Vila da Ericeira.

Chegados à segunda metade do século XIX, verificamos que o Ensino Elementar estava solidamente implementado na Ericeira, concretamente no núcleo urbano da Vila, dispondo de uma rede de escolas pública e privada.

Primeiro período estatístico – anos de 1850 a 1879

A escolarização dos meninos – ano de 1850

No ano de 1850 a 1851, algumas informações foram prestadas pelo professor, Manuel António Leite,²⁴ ao Administrador do Concelho da Ericeira, Joaquim José Urbano de Carvalho, no que concerne ao desenvolvimento da escolarização das crianças, a saber: no início do ano lectivo, estavam matriculados na escola 39 alunos; no mês de Abril de 1851 frequentavam 44 discípulos; no mês de Maio, 45 e, no mês de Junho, 53 alunos.²⁵

Quadro n.º 46 – A classe de Ensino Primário – ano lectivo de 1850-1851

(Mês de Junho)

Alunos com frequência gratuita		Alunos que pagam ao mestre		(Alunos que estudam Francês)		Alunos que desistiram	
Ensino do 1.º Grau Primário	%	Ensino do 2.º Grau Primário	%	(Ensino de nível Liceal)	%	-----	%
36	67,9	14	26,4	6	11,3	3	5,6

Fonte: A.H.M.M. – *Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho - Mapa dos Alunos que Durante o Mês Frequentaram a Aula de Instrução Primária – 1851 - Freguesia da Ericeira - C.P.4 – E-28*

Afere-se que 68 % dos alunos frequentava as três divisões iniciais de ensino e 26,4% pagava ao mestre, porquanto a escola de meninos da Vila da Ericeira facultava apenas o Primeiro Grau de Ensino Primário.²⁶ Em relação aos alunos mais adiantados, 11,3% estudava a língua francesa²⁷ e, por consequência, também pagava ao professor.

Depreendemos que, na Vila da Ericeira, justificava-se a criação do Ensino do 2.º Grau de Ensino Primário. Sendo uma vila e sede de um Concelho, interrogámo-nos por que a Câmara Municipal não diligenciara a instauração do Ensino do 2º Grau.

Entendem-se as dificuldades financeiras com que se debatia a Edilidade Municipal, através de dois requerimentos (um dirigido à Presidência da Câmara Municipal da Ericeira e um segundo, dirigido ao Governador Civil de Lisboa), pelo professor António Leite, que mencionava o atraso no vencimento, de «treze meses do Thesouro e quatro da Camara» bem como o incumprimento no pagamento da verba, destinada à renda de casa da escola. Solicitava o dito professor a verba de «1\$200 reis» mensais, «o que é da obrigação da Camara» e, sobretudo, «athe para utensillios, mais despezas e costeamto indispensavel para o exercicio escolar».

O professor António Leite referia a fraca atenção dispensada pela Câmara aos «conterraneos», visto que, para além da escola não se encontrar «colocada em edifficio publico», também não assistia para que ela fosse central aos povos, como em outras «capitales dos concelhos». ²⁸ O professor enfatizava a frequência de 46 alunos na classe, e que a alguns ensinava, «por meio de Licções theoricas» e «exercicios praticos», as seguintes áreas: Gramática Portuguesa, «ensino elementar» de Historia Sagrada e Geral Desenho Linear e Aritmética, «o que não [era] de sua obrigação», tendo mais alguns discípulos de Latinidade e Língua Francesa, «por não ser possivel haver nesta Villa Professor Publico destas disciplinas».

Um mês decorrido da emissão do primeiro requerimento, o professor António Leite enviava um segundo, dirigido ao Governo Civil de Lisboa, informando que o dito fora «entregue em Camara, nas mãos do Presidente» e que «pessoalmente», suplicara o despacho da sua petição. Não tendo obtido qualquer resposta ou atenção, o professor informava que a Edilidade devia dois meses de salários aos seus «empregados», tendo conhecimento de que ser-lhes-iam regulados muito breve, em «consequencia de terem entrado cereães em abundancia, que augmentam o cofre da camara».

Com a Reforma jurídico-administrativa, adivinhava-se um tempo de mudança e, com isso, um novo ciclo no desenvolvimento escolar na Vila da Ericeira, em virtude da nova administração local do Ensino Primário estar sediada na Vila de Mafra.

A escolarização dos meninos – anos de 1856-1879

Relativo ao período decorrente entre o ano de 1856 ao de 1879, achámos a média de alunos matriculados e/ ou em frequência, partindo dos dados fornecidos nos *Mapas Estatísticos das Escolas Primárias existentes no Concelho de Maфра*.²⁹

Para a melhor compreensão destes estudos circunscreveram-se os períodos entre quatro a cinco anos, alargando-se a margem de três anos previstos para aprendizagem das primeiras letras nas divisões de Ensino Elementar Primário (as classes «III, II e I»).

Ao particularizarmos os estudos, entre o período de 1856 a 1879, a Freguesia da Ericeira apresentava os seguintes dados:

Quadro n.º 47 – Crianças matriculadas nas escolas de Ensino Primário – anos de 1856-1879

Anos Período	N.º médio de alunos	N.º médio de alunas
1856 - 1862 ³⁰	55,8	69,4
1863 - 1869 ³¹	56	132,2
1870 - 1874	61,8	108,6
1871 - 1879	55	83,2

Fontes: A.H.M.M. – *Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho - Freguesia da Ericeira - Mapa Geral Estatístico da Instrução Primária e Secundária no Concelho de Maфра - anos de 1856 a 1879 - C.P.4 - E 28*

De 1856 a 1879, período de tempo correspondente a vinte e três anos, o rácio de crianças de ambos os sexos com matrícula e frequência escolar, quer nas escolas públicas, quer nas escolas particulares, foi de 138,1 alunos por ano, sendo 52,6 crianças do sexo masculino e 85,5 crianças do sexo feminino. Em média, 622 crianças de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 7 e os 12 anos, matricularam-se e frequentaram as escolas públicas e particulares existentes na Freguesia da Ericeira.

Enfatiza-se o papel de relevo que as escolas particulares desempenharam no Ensino Primário, sobretudo no que se refere ao ensino das meninas, remarcando que, entre os anos de 1863 e 1869, estiveram matriculadas 312 alunas, representando 47,2 % do total de meninas matriculadas. Nos anos de 1870 a 1874, estavam matriculadas 257 alunas, ou seja 47,3 % do total das meninas e, no biénio subsequente, de 1875 a 1876, perfaziam um total de 190 alunas, ou seja 67,1 % das alunas matriculadas no Ensino Primário na Freguesia da Ericeira.

As escolas particulares nesta Freguesia colmataram a falta de escolas públicas, satisfazendo as necessidades e a procura das populações locais, particularmente no que se refere ao ensino das meninas.

A instituição de Ensino Primário Elementar estava solidamente implementada nesta Freguesia, em face das dinâmicas de escolarização verificadas.

A classe de meninos da escola pública – anos lectivos de 1856 a 1858

Ao gizar a reconstrução do percurso escolar dos alunos, partimos dos *Mapas de Frequência Escolar* do Primeiro Grau de Instrução Primária, apresentados à Inspeção no ano lectivo de 1856 a 1857, e constatou-se que a sala de aula estava dividida em três classes a que correspondiam:³²

- a) A classe (ou divisão) inicial, a 3.^a classe;
- b) A fase de aprendizagem “intermédia” correspondia à 2.^a classe;
- c) À classe terminal pertencia a 1.^a classe.

Para uma maior aproximação ao desenvolvimento das aprendizagens nestas divisões de ensino, consultaram-se várias fontes, relatórios de alguns professores do Concelho acerca do ensino e aprendizagens dos alunos nas três classes, exames e matérias anexas e o Regulamento Oficial expresso na Lei Geral do Ensino Primário (as Reformas de Instrução Primária).

No Método Simultâneo de ensino,³³ os alunos frequentavam uma única sala, partilhada por 3 divisões (ou classes). Às 3.^a e 2.^a divisões, pertenciam as classes iniciais de aprendizagem, que versavam a iniciação da leitura, da escrita e saber contar, princípios gerais de Moral e Doutrina Cristã, Civilidade e exercícios gramaticais; à 1.^a divisão, e as mais³⁴ adiantadas, trabalhavam todas as áreas do Primeiro Grau acrescidas de Desenho Linear, Geografia e História Geral, História do Antigo Testamento, Aritmética e Geometria com aplicação à indústria e escrituração.³⁵

As crianças desta Freguesia não faziam exames, existindo a 1.^a classe para o efeito de conclusão do ensino da Instrução Primária a um nível elementar. A prática de exames foi reabilitada na maioria das Freguesias da comunidade concelhia com a Reforma do Ensino de Rodrigues Sampaio em 1878, a Lei de 1880 e o Regulamento de 28 Julho de 1881.

O professor Joaquim Elisiário Ferreira enviava regularmente ao Administrador do Concelho os *Mapas de Frequência da Classe*, dos quais se retiraram as seguintes informações:

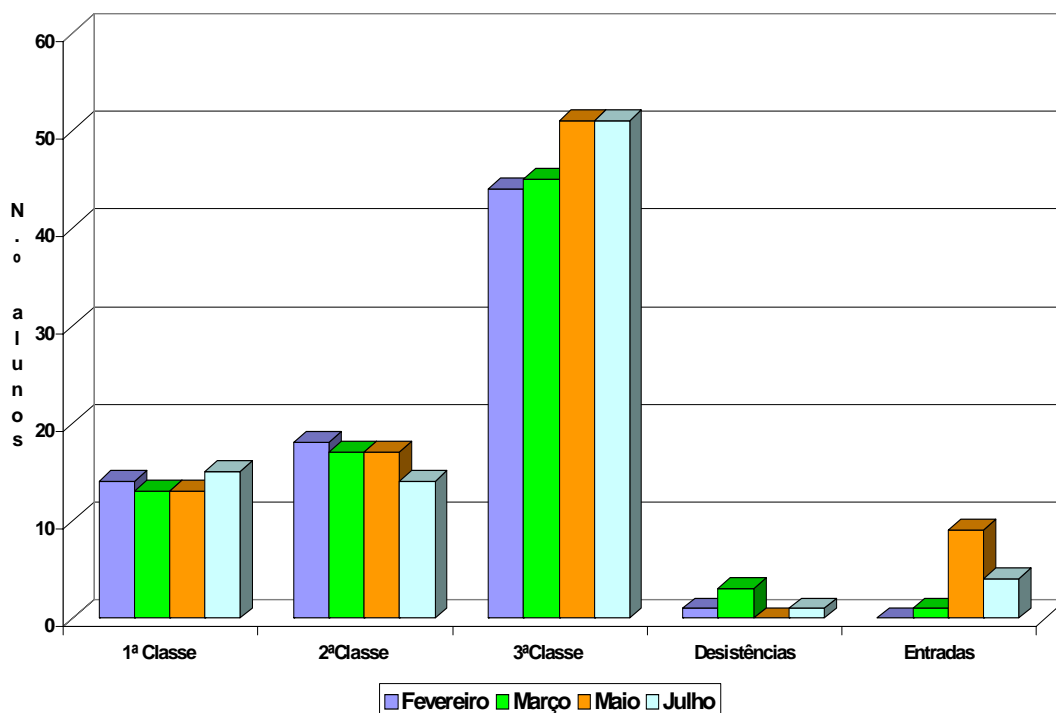
Quadro n.º 48 – Síntese de frequência escolar – ano lectivo de 1856-1858

Meses	Classe	Idade	Média	N.º alunos	Informação Anexa				N.º total alunos	Idades	Média
					Entradas	Saídas	Passagem de classe				
Fevereiro	1. ^a	9-14	11	14	1	3	-----		73	7 -14	8,5
Julho		9-14	9,8	15			--				
Fevereiro	2. ^a	7-12	9,3	18	2	0	1. ^a	2	73		
Julho		7-13	9,1	15			2. ^a		83		
Fevereiro	3. ^a	7-13	9,7	44	9	2	2. ^a	3	73		
Julho		7-13	8,4	51			3. ^a		83		

Fonte: A.H.M.M. – *Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho* - Freguesia da Ericeira - *Mapa dos Alunos que durante o Mês Frequentaram a Aula de Instrução Primária* - 1856-57 - C.P.4 – E-28

O maior número de alunos frequentava a divisão inicial de aprendizagem, representando 61,4% do universo dos alunos na turma. Na classe inicial existiu uma flutuação de 21,5 % no movimento de entradas e desistências dos alunos. A classe intermédia, com 24,6 % do universo do total dos alunos, e a terminal (1.^a divisão), com 19,1 %, apresentaram praticamente o mesmo número de alunos em frequência; três alunos da 2.^a classe (16,6%) transitaram à classe terminal no mês de Julho. Ainda no mês de Março, um aluno entrou para a classe terminal e dois transitaram para classe intermédia, no mês de Junho. O professor procedia à avaliação da aprendizagem, não formal, dos alunos. Durante o decurso do ano lectivo, retirou-se da escola 6% do total de alunos da classe.³⁶

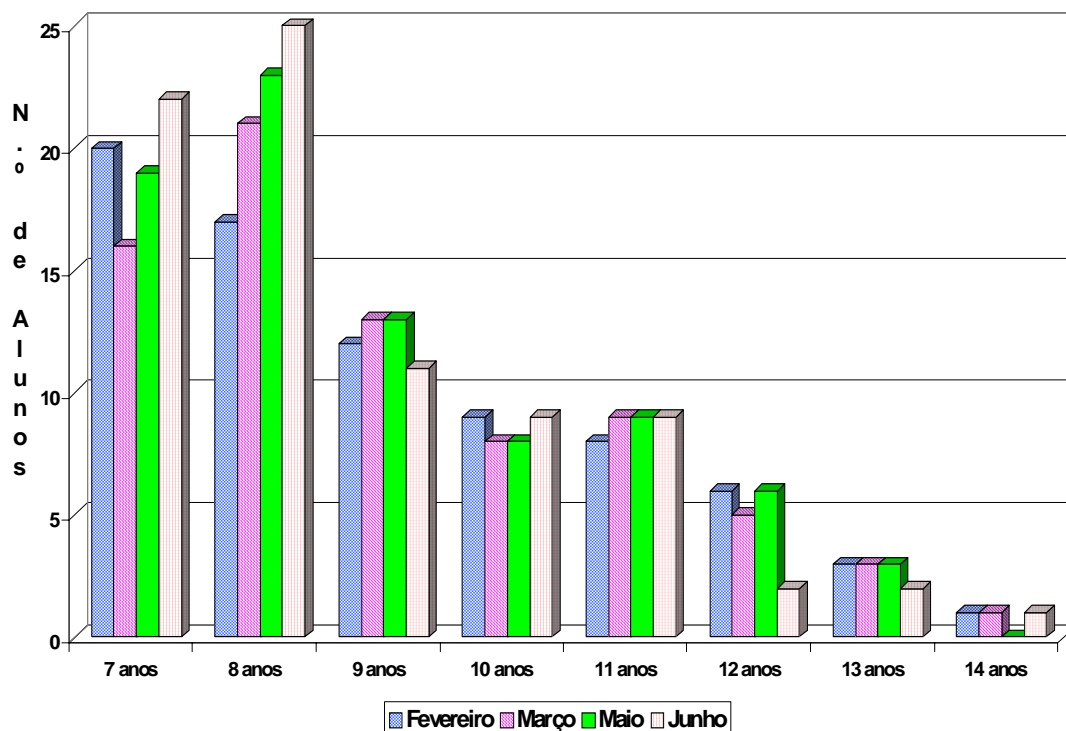
Gráfico n.º 65 – Frequência de alunos por classes (entradas e desistências)
Ano lectivo de 1856-57



Fonte: A.H.M.M. – *Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho - Freguesia da Ericeira - Mapa dos Alunos que durante o Mês Frequentaram a Aula de Instrução Primária - 1856- 57 - C.P.4 – E-28.*

O professor Joaquim Elisiário Ferreira seguia o propósito dos docentes que seguiam o Método de Ensino Simultâneo no Concelho de Mafra, porquanto, em qualquer altura do ano, o aluno podia frequentar a escola pública.³⁷

**Gráfico n.º 66 – Idade dos alunos que frequentaram a escola pública
ano lectivo de 1856-57**



Fonte: A.H.M.M. – *Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho - Freguesia da Ericeira - Mapa dos Alunos que durante o Mês Frequentaram a Aula de Instrução Primária - 1856-57 - C.P.4 – E-28*

A Escola Elementar Primária desta freguesia admitia crianças com idades compreendidas entre os 7 e os 14 anos, predominando a frequência de alunos com idades compreendidas entre os 7 e os 9 anos.

Apropriação dos alunos ao Ensino Primário do 1.º Grau – anos de 1856-1858

No mês de Março do ano de 1858, a classe terminal era constituída por sete alunos que se encontravam em frequência desde o ano lectivo de 1856.

Na segunda classe não se verificaram transições, porquanto treze alunos mantiveram-se na segunda classe, desde o ano de 1856, tendo abandonado dois alunos e entrado sete novos discípulos. Frequentavam vinte discentes a segunda divisão de ensino.

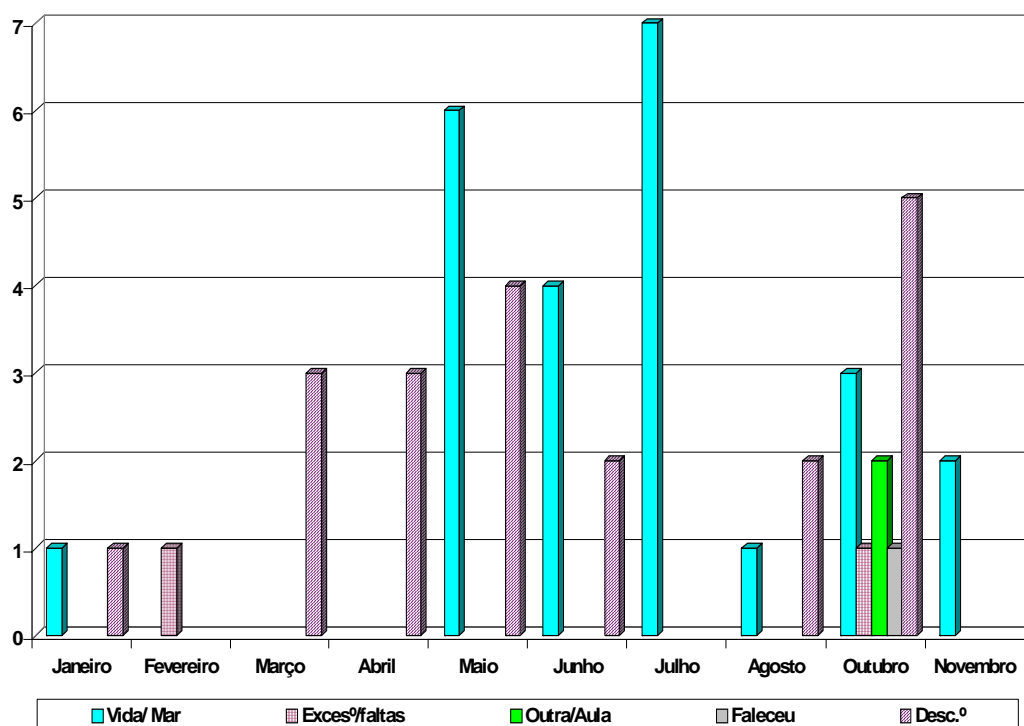
A classe inicial manteve dezassete alunos matriculados, desde o ano de 1856, e dezassete alunos iniciaram a escolaridade entre o ano lectivo de 1857-1858. Estavam matriculados 34 discípulos na divisão inicial do Ensino Primário.

Os dezassete meninos que se mantiveram na 3.^a divisão não consolidaram aprendizagens que lhes permitissem transitar à classe seguinte, estacionando nos rudimentos da leitura.

Verificou-se uma situação idêntica nas segunda e primeira classes, deixando antever que o período de consolidação das aprendizagens do Primeiro Grau do Ensino Primário poderia atingir um período de tempo balizado entre seis a doze anos.

Flutuações/ variações na frequência escolar – anos de 1856 a 1858

Gráfico n.º 67 – Abandono escolar na classe – anos de 1856 a 1858



Fonte: A.H.M.M. – Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho - Freguesia da Ericeira - Mapa dos Alunos que durante o Mês Frequentaram a Aula de Instrução Primária - 1856-58 - C.P.4 – E-28

No universo das 51 crianças que se retiraram da escola, 51% seguiu a vida marítima, 3,8% matriculou-se noutra escola, 3,8% retirou-se por elevado absentismo, 39,2% para outros destinos e uma percentagem de 1,9 % faleceu.

A média das idades à data do abandono escolar, para os meninos que seguiram a vida marítima, foi de 11,5 anos; para outros destinos de 10 anos; os que faltavam em

demasia de 8,5 anos; para frequentar outra aula de 8,5 anos e de 10 anos à data do falecimento.

Os períodos em que se verificavam as maiores flutuações motivadas pela saída de alunos da classe ocorriam no mês de Maio, Junho, Julho, coincidentes com a mudança de estações, surgindo os meses de bonança, que se tornam propícios à faina no mar. O mês de Outubro marcava o início do ano lectivo, sendo também determinante na reorganização da classe.

Alunos matriculados na divisão terminal de Ensino Primário -Outubro de 1858

João Leandro, 12 anos, filho de Leandro Filipe;

Joaquim Sant'Ana, 11 anos, filho de Manuel Sant'Ana;

Luís Henriques, 15 anos, filho de Manuel Henriques;

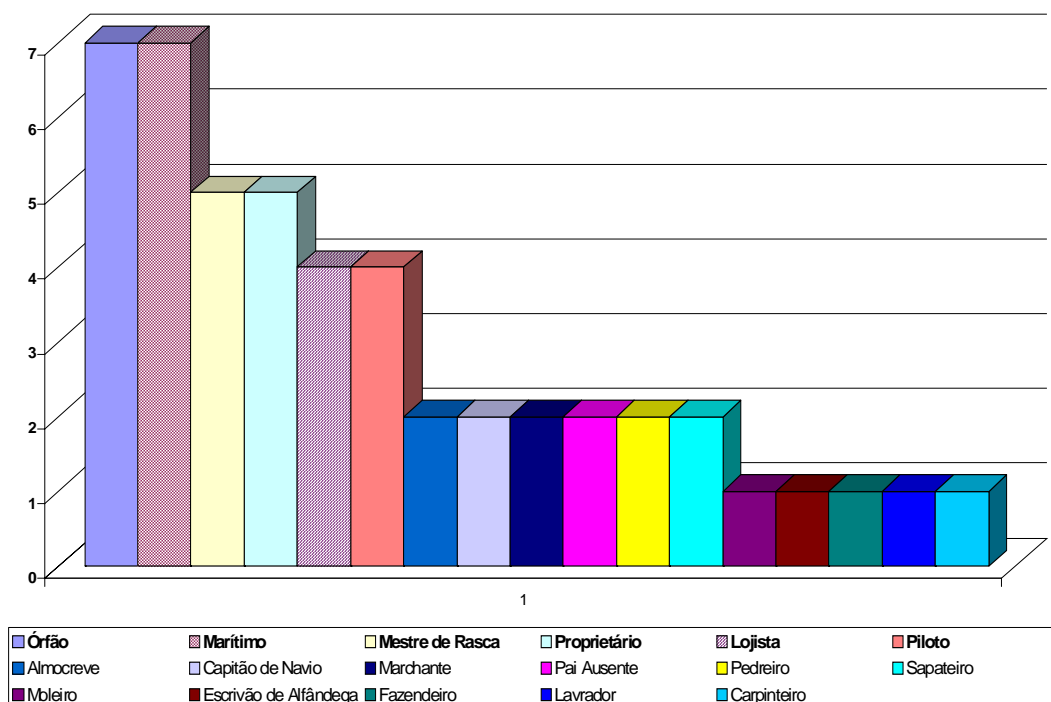
Filipe da Costa Pereira, 11 anos, filho de José Luís Pereira;

Cândido José Alvares Viana, 13 anos, filho de João Alvares Viana.

De que forma a escola foi determinante na evolução da adesão das famílias ao ensino?

Quais as origens sociais dos alunos que frequentavam a classe do ano de 1857?

Gráfico n.º 68 – Origens sociais – anos de 1851-1857



Fonte: A.H.M.M. – Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho - Freguesia da Ericeira - Mapa dos Alunos que durante o Mês Frequentaram a Aula de Instrução Primária - 1856-58 - C.P.4 – E-28

As famílias cujos meios de subsistência estavam ligados à vida marítima foram as que mais aderiram ao Ensino Elementar, em paridade com um grande número de crianças órfãs.³⁸ Verifica-se, ainda, uma relação estreita entre a procura do Ensino Elementar e a utilidade prática na vida profissional.

Na segunda metade do século XIX, a heterogeneidade das profissões rasteadas mostra que a adesão ao ensino estava generalizada a todas as classes sociais existentes na Vila da Ericeira.

O ambiente material e pedagógico da escola pública regida pela classe do professor Joaquim Elisiário Ferreira no ano de 1862

O *Mapa de Inspeção às Escolas Públicas e Particulares*, em 10 de Novembro de 1862, apresentava a assinatura do Administrador do Concelho de Mafra e dava conta das seguintes informações:³⁹

Quanto à localização geográfica, tipo de construção, acessibilidade e administração escolar, elucidava que a escola estava situada no lugar «mais central» da Freguesia.

A escola tinha «suficiente luminosidade e capacidade» para receber todos os alunos que a frequentavam e estava preparada para os «rigores do tempo». A mobília e os utensílios escolares eram fornecidos pela Câmara Municipal de Mafra.

Os materiais de escrita, papel, penas e tintas, eram custeados pelos alunos, bem como os diversos Manuais Escolares que se usavam na classe: os livros de Emílio Aquiles «Monteverde», de «História Sagrada e de Portugal».

Existia uma relação de matrícula que servia, simultaneamente, para registar as faltas dos alunos. O número anual de alunos matriculados era de 52. Em relação à regularidade de frequência e da diferença, em «termo médio», entre a matrícula anual, o Administrador informava que era balizada entre «44 a 52» alunos.

Anotava, ainda, que os discípulos só deixavam de frequentar a aula «por motivo de doença ou se os pais os tiram para a arte dos pescadores».

Todos os alunos eram do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 7 e os 14 anos.

Os alunos não faziam exames. Foram atribuídos prémios pelo professor da classe (as revistas do Arquivo Pitoresco) aos melhores alunos, doados pela Sociedade Brasileira Madrêpora.

No que concerne ao horário escolar, esclarecia que professor ministrava o ensino nas horas marcadas por Lei.

O docente era provido na escola de forma vitalícia, apresentava «boa disposição physica para o Magistério» e dava as lições com frequência regular. Quanto ao seu comportamento moral, civil e religioso tinha «hum comportamento muito regular».

Ao lançar um olhar interno, percebemos que dos 52 alunos matriculados, 44 frequentavam a escola com regularidade e somente deixavam de ir às aulas por motivo de doença, ou porque **os pais os retiravam da escola para ajudar na faina do mar**, corroborando o constatado nos anos lectivos de 1856-1858, sugerindo a consolidação de dinâmicas sociais e, por analogia, o lento desenrolar da escolarização infantil.

O professor cumpria o Magistério de forma assídua, dando as aulas nas horas previstas pela Lei. Os alunos responsabilizavam-se pelos instrumentos de escrita e de leitura. A Câmara Municipal intervinha directamente nesta escola, fornecendo a mobília escolar.

O método de ensino adoptado, ou tipo de divisões de ensino na classe (organização na classe) e os níveis de aprendizagem dos alunos mantiveram-se análogos aos anos anteriores. Foram utilizados diversos livros, como os de Aquiles Monteverde, *Método Facílmo para Aprender a Ler*, *Bíblia da Infância* e, para os mais adiantados, o *Manual Enciclopédico* do mesmo autor, estudando as matérias de História Sagrada e História Pátria, sendo os manuais comumente utilizados pelos professores do Concelho.

Da frequência escolar apurámos que 44 crianças tinham frequentado regularmente o ensino, indicando terem recebido uma escolarização básica, ao nível da leitura, da escrita e das contagens. A apropriação da maioria dos alunos ao ensino que se ministrava na escola desenvolvia-se num sentido de utilidade prática (Magalhães, 2001: 74).

O ambiente material e pedagógico da escola pública de meninas regida pela professora Escolástica da Conceição no ano de 1862

O *Mapa de Inspecção às Escolas Públicas e Particulares* foi assinado pelo Administrador do Concelho, em 1 de Dezembro de 1862, contendo as seguintes informações:

Quanto à localização geográfica, tipo de construção, acessibilidade e administração escolar, elucidava que a escola estava situada no lugar «mais central» da Freguesia. A escola tinha «luz e capacidade» suficientes para receber todas as alunas que a frequentavam e era resguardada dos «rigores do tempo». Tinha mobília e os utensílios escolares necessários providos, em igualdade, pela Câmara Municipal de Mafra e pela professora.

Os materiais de escrita, papel, penas e tintas, eram custeados pelas alunas e pela professora, bem como os diversos Manuais Escolares que se usavam na classe: todos «moraes» alguns de Emílio Aquiles «Monteverde» e de outros autores.

Existia uma relação de matrícula que servia, simultaneamente, para registar as faltas das alunas. O número anual de alunas matriculadas era de cinquenta e oito. Em relação à regularidade de frequência e da diferença em «termo médio», o Administrador informava que se situava entre «30 a 58» alunas.

Anotava, ainda, que as discípulas só deixavam de frequentar a aula «por motivo de moléstia».

As alunas tinham idades compreendidas entre os 7 e os 14 anos e não faziam exames.

No que concerne ao horário escolar, esclarecia que a professora ministrava o ensino nas horas marcadas por Lei.

A docente tinha provimento temporário e apresentava «boa disposição physica para o Magistério», dando as lições com frequência regular e «hum comportamento muito regular».

Entende-se que, das 58 alunas matriculadas, 51,7% frequentava a escola com regularidade e somente a deixavam de frequentar por motivo de doença.

A professora cumpria o Magistério de forma assídua, dando as aulas nas horas previstas pela Lei. A mestra e as alunas responsabilizavam-se pelos instrumentos de escrita e de leitura e a Câmara Municipal intervinha, em paridade com a Professora, nas despesas da escola assegurando, desta forma, a mobília escolar.

Foram utilizados diversos livros, entre os quais, do autor Emílio Aquiles Monteverde.⁴⁰

Situação administrativo-financeira das escolas públicas – 1870

As duas escolas públicas de Instrução Elementar funcionavam em casas asseguradas pela Câmara Municipal de Mafra, que também fornecia o equipamento escolar para a

aula dos meninos. Em relação à aula de meninas, as despesas com os utensílios e mobília escolar eram asseguradas em paridade pela professora e pela Câmara Municipal de Mafra.⁴¹

Em 1873, a professora Deolinda Rosa Caldeira oficiava o Presidente e a Vereação da Câmara Municipal de Mafra, anexando uma relação de mobília indispensável para a escola, porquanto, «tendo principiado» os «deveres escolares», tinha encontrado a escola vazia, sem «mobília alguma».⁴²

O ambiente material e pedagógico nas escolas particulares na Freguesia da Ericeira no ano de 1862

Os *Mapas de Inspeção às Escolas Públicas e Particulares*, desenvolvidos para três escolas particulares existentes na Freguesia, foi assinado pelo Administrador do Concelho, em 10 de Outubro de 1863, contendo as seguintes informações:⁴³

As três escolas particulares de meninas localizavam-se na Vila da Ericeira, em casas arrendadas pelas professoras particulares que tinham nacionalidade portuguesa, recebendo uma verba não especificada, das alunas que frequentavam a escola, a saber: na primeira, de 19 alunas com idades compreendidas entre os 6 e 11 anos; na segunda, de 34 alunas, com idades compreendidas entre os 6 e 11 anos e, na terceira, de 14 meninas. Todas as escolas tinham regime externo de frequência.

Quanto ao ambiente de higiene, as casas tinham «as condições precisas» para que se mantivessem em normal funcionamento.

As matérias de ensino ministradas nas três escolas centravam-se nas aprendizagens de «ler, escrever e contar».

As professoras, Maria Ferreira, Mariana da Conceição e Ana de S. João, não possuíam «Licença de ensino» mas, pelo facto de estarem «bem acreditadas», a Administração Local consentia que mantivessem os Estabelecimentos de Ensino em funcionamento, tendo sido intimadas para se habilitarem ao «título de capacidade» no Exame de Estado.⁴⁴

As alunas das três escolas utilizavam «diferentes livros de moral».

Os três estabelecimentos particulares funcionavam em regime livre e à margem de um controle efectivo das Entidades Locais, que admitiam o seu funcionamento ilegal, porquanto reconheciam que a Escola Pública do Estado não dava resposta às necessidades de procura de escolarização da população. O contexto pedagógico deixava algo a desejar, quer quanto à capacitação legal das professoras para exercerem o

Magistério, quer quanto às matérias de ensino aí ministradas, sendo muitíssimo elementares.

As condições de oferta de algumas escolas particulares, alterar-se-iam com o decorrer do tempo, já que, nos anos oitenta do século XIX, assistir-se-ia à conclusão do percurso escolar de algumas alunas destas escolas. No ano de 1883, Dona Maria Adelaide dos Santos Almeida regia a escola particular, sita na Rua de Santa Marta, n.º 20.

Dona Maria das Dores Marçal regia outra escola, sita na Travessa do Pelourinho, n.º 13, e Dona Idalina de Jesus Almeida uma outra, na Calçada da Baleia, n.º 13.⁴⁵ Dona Maria de Matos Vieira regia a quarta escola particular, inferindo-se estar sediada na casa de habitação do professor público Luís Manuel Vieira, seu cônjuge.⁴⁶

Segundo período estatístico – anos de 1880 a 1896

A escolarização de meninos e meninas – anos de 1880 a 1890

No ano escolar de 1883, estavam recenseadas 249 crianças em idade escolar, sendo 137 crianças do sexo masculino e 112 do feminino. Com registo de matrícula e frequência nas escolas públicas encontravam-se 32 meninos e 35 meninas. Em quatro escolas particulares estavam matriculadas 48 meninas e 9 meninos. No ano de 1889, estavam recenseadas 235 crianças, das quais 119 eram do sexo masculino e 116 do feminino.

Em 1897, existiam 273 crianças recenseadas, das quais 136 eram meninos e 137 meninas.⁴⁷

Tentando alcançar uma visão mais esclarecedora sobre estes dados questionámos:

Quem eram estas crianças?

Qual o meio ecológico em que se inseriam?

Qual foi o seu percurso escolar?

O núcleo urbano da Vila da Ericeira e a ocupação infantil na Freguesia

As informações contidas nos *Recenseamentos Escolares* acerca da ocupação laboral das crianças pouco elucidam sobre o assunto, se tivermos em conta que, após análise de outras fontes, os *Mapas de Frequência na Classe* (1856-1880) e inquéritos vários feitos às escolas (1862- 1880), o número de crianças do sexo masculino, matriculadas na

escola pública era muito superior que aquele fornecido pela Junta Escolar do Concelho no ano de 1882. Confirmou-se para o caso masculino, que algumas crianças apresentavam descontinuidade no processo de escolarização. Uma franja de alunos mantinha-se três anos na mesma classe, ou abandonava a escola logo no primeiro ano, sugerindo, tal como referia o Administrador do Concelho (1862) que, em tempo sazonal, os pais retiravam as crianças da escola para se dedicarem à faina no mar. Nos recenseamentos das crianças em idade de frequência escolar, relativos ao ano de 1882, registou-se, na Vila da Ericeira, o caso excepcional da família de Adão Rodrigues na medida em que os seus dois filhos foram registados como pastores.

Para o caso feminino, na mesma época sazonal, não se sabe até que ponto as meninas foram afectadas pelo abandono provisório das lides escolares para se dedicarem à função relacionada com o mar (conserto de redes, apoio na lota, etc).

Das outras crianças que habitavam fora do núcleo urbano registaram-se algumas com a profissão de pastores, a saber:

Quadro n.º 49 – A ocupação laboral das crianças nas localidades circunvizinhas da Freguesia da Ericeira

Ano	Localidade	Dista do núcleo urbano Vila da Ericeira	Profissão	N.º	N.º	%
				Sexo ♀	Sexo ♂	
1882	Outeirinho	3.000 m	Pastor	1	3	80
	Fonte Boa	4.000 m	Pastor	2	--	7
	Seixal	3.000 m	Pastor	--	1	20
	Casal do Piolho	2.500 m	Pastor	--	2	100

Fontes: A.H.M.M. – *Recenseamento das Crianças em Idade Escolar* – Modelo A – Freguesia de S. Pedro da Ericeira – 1881-1882

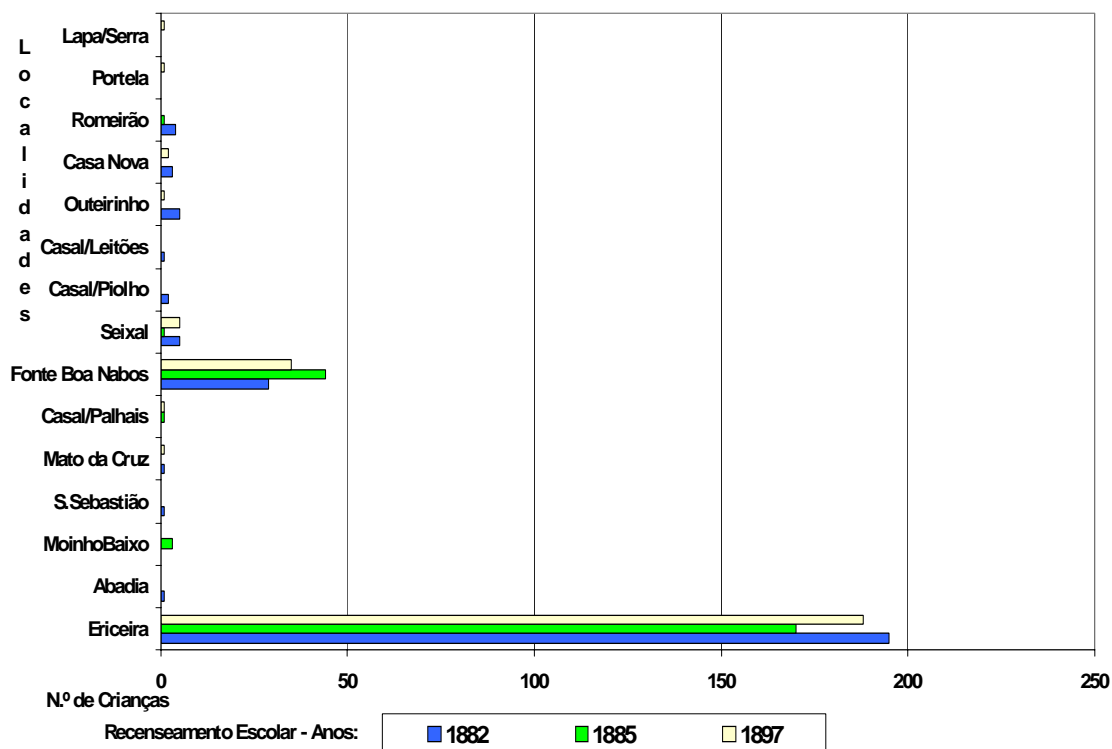
Conclui-se que, nas localidades adjacentes à Vila, as crianças ocupavam-se da guarda de animais.

A Organização da rede escolar - anos de 1881 a 1897

Quanto à organização da rede escolar, desenvolvemos três quadros a partir dos dados existentes nos *Recenseamentos Escolares* das crianças, relativos aos anos de 1882, 1885 e 1897;⁴⁸ subsequentemente, concebemos gráficos relativos aos lugares mais populosos da Freguesia da Ericeira.

Análogo ao método estatístico utilizado pela Junta Escolar do biénio 1881-1883, para o desenvolvimento do *Mapa do Movimento Escolar e Plano Provisório das Escolas Públicas do Concelho de Mafra* (ano de 1882-1883), circunscrevemos os levantamentos de crianças em idade de frequência a períodos de 5 a 10 anos, entre os anos de 1880 até ao ano de 1897.⁴⁹ Nestes recenseamentos, incluíram-se todas as crianças dos 6 aos 12 anos de idade, resultando na prática o levantamento quantitativo de todas as crianças nascidas entre os anos de 1870 a 1889.⁵⁰

Gráfico n.º 69 – Crianças de ambos os sexos existentes nas localidades da Freguesia da Ericeira – anos de 1882-1885-1897



Fontes: A.H.M.M. – *Lv. de Recenseamentos Escolares* - 1882; 1885; 1897 - C. G.1 – E-29/C. P. 8

Legenda convencionada:

Ericeira - 0 a 0,6 km
 Abadia - 0 a 0,6 km
 Moinho de Baixo - 0,6 km a 1km
 São Sebastião - 1 km
 Casal do Palhais - 1km
 Mato da Cruz - 1,5 Km

Fonte Boa dos Nabos - 4 km
 Seixal - 3 km
 Casal do Piolho - 2,5 Km
 Casal dos Leitões - 3 km
 Outeirinho - 3 km
 Casa Nova - 4,5 Km
 Romeirão - 5 km
 Portela - 2 km
 Lapa da Serra - 3,5 Km

As duas escolas públicas, destinadas aos dois os sexos, no lugar da Vila da Ericeira, não davam resposta à procura de escolaridade da maioria das crianças. As escolas particulares compensaram esta lacuna, contribuindo para a escolarização das crianças, sobretudo, das meninas.

Tendo em conta a escassa rede de escolas públicas da Freguesia, para atender às necessidades de escolarização da população infantil (o maior número de crianças e sua distribuição geográfica), concluímos que a escolha do Lugar da Ericeira para

implementar as duas escolas públicas foi a mais correcta e servia a maior população escolar.⁵¹

Quanto à escolaridade das crianças que habitavam nas localidades que distavam mais que dois quilómetros da Vila da Ericeira, podemos afirmar que, destas, só um número ínfimo frequentou as escolas.

Tempo de mudança na escola pública do sexo masculino

Um novo ciclo escolar inscrevia-se na Freguesia no ano lectivo de 1880 a 1881.

O professor vitalício, Luís Manuel Vieira, ao abrigo de um Despacho exarado pela Direcção Geral de Instrução Pública, em 17 de Janeiro de 1880, substituiu o professor Joaquim Elisiário Ferreira, em função docente na Freguesia desde o ano de 1855.

O professor Vieira exercia o Magistério na cadeira de S. João das Lampas, no Concelho de Sintra, e a seu pedido foi-lhe concedida a transferência, pagando a quantia de 2\$000 réis de emolumentos na recebedoria do Concelho de Mafra.⁵²

Partindo dos *Mapas de Matrícula e Frequência da Classe*, do ano lectivo de 1880 - 1881 e dos *Recenseamentos Escolares*, relativos à década de 1880, reconstruímos informação que nos permitiu retomar o estudo de **137** crianças do sexo masculino em idade escolar.

Nesse ano lectivo, na escola pública estavam matriculados 80 meninos. Aos 137 meninos recenseados, subtraiu-se o número das crianças inscritas na escola pública, remanescendo 57 crianças recenseadas. Às 57 crianças retiram-se três crianças do sexo masculino, que frequentavam as escolas particulares. Sobejava, assim, um total de 54 alunos sem frequência escolar, ou seja, encontrava-se fora do processo de escolarização 39,4 % do total de meninos declarados nos recenseamentos.⁵³

No que concerne aos lugares de residência dos alunos que frequentavam a escola pública, verificou-se que todas as crianças residiam no Lugar da Ericeira, excepto uma, que habitava no Lugar de Lapa da Serra. Confirma-se que praticamente todas as crianças que habitavam fora da Vila não frequentavam as escolas públicas, recorrendo provavelmente a professores particulares, párocos, ou outros, que lhes ministravam o ensino do A B C.

A classe de meninos no ano escolar de 1880 a 1881

Como se organizava a classe do professor Luís Vieira?

No *Mapa de Matrícula e Frequência*, o professor não discriminou os alunos que frequentavam as três divisões de ensino, pelo que não poderemos ser esclarecidos sobre o número de crianças nos diferentes níveis de escolaridade ou de aprendizagem; contudo, ensaiámos um quadro que pode esclarecer-nos sobre a heterogeneidade das idades e do local de residência dos discípulos que frequentavam a classe.

Quadro n.º 50 – A classe de meninos – ano lectivo de 1880-81

Residência	n.º	Idades	N.º	%	Residência	n.º	Idades	N.º	%	
Ericeira	1	5	1	1,2	Ericeira	4	12	5	6,2	
					Lapa da Serra	1				
		3	6	3	3,7	Ericeira	6	13	6	7,5
		3	7	7	8,7		4	14	4	5
		16	8	16	20		1	15	1	1,2
		13	9	13	16,2		1	16	1	1,2
		14	10	14	17,5		2	17	2	2,5
		6	11	6	7,5		1	18	1	1,2

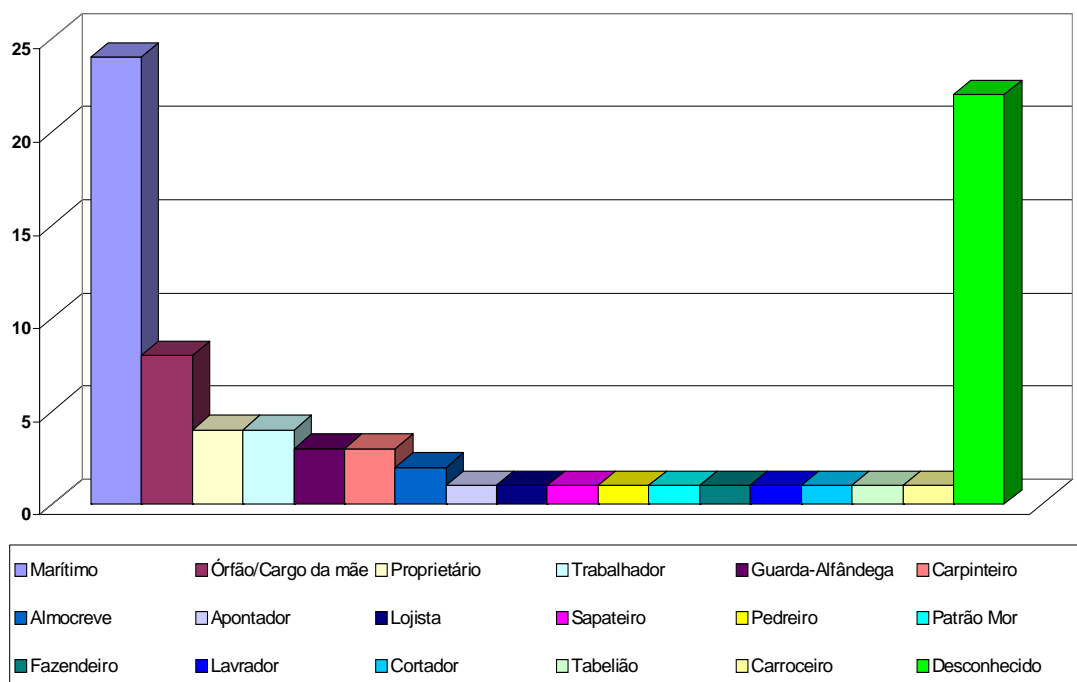
Fonte: A.H.M.M. – *Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho de Mafra - Freguesia da Ericeira - Mapa de Matrícula e Frequência – 1880 / Of. s/n.º Exp.a 03-11-1880 ao Administrador do Concelho - C.P.4 – E-28*

Pelo quadro *supra*, verifica-se que o período de franca escolarização dos meninos situava-se entre os sete e os dez anos, notando-se o alargamento da escolarização às crianças de 5 anos e aos mais velhos, entre os 15 e os 18 anos, reflectindo a maior adesão dos locais ao ensino. Pode ainda referir-se que, dos alunos mais velhos, qualquer deles poderia ter as funções de aluno ajudante, uma vez que a classe tinha um número superior a 50 alunos.⁵⁴ Também se verifica que os alunos mais velhos teriam retomado a escolarização, no sentido de consolidarem ou alargarem as aprendizagens já iniciadas.

Do que foi afirmado, enfatiza-se um requerimento, expedido à Câmara Municipal de Mafra, pelo professor Luís Vieira, solicitando um aumento no vencimento, «por aquela Exm.^a Camara» decidir «por bem, beneficiar o professor de ensino elementar da cadeira da freguesia de Chelleiros».

O professor fundamentava o pedido com várias razões, a saber: a escola que regia tinha uma «frequencia regular superior á das demais escolas municipaes do concelho», o que lhe acrescia um trabalho suplementar e o impedia de se «dedicar a qualquer outro mister». Via-se, assim, impossibilitado de recorrer a outra «fonte de receita». Sendo «zeloso» e dotado de uma «vocaçãõ natural da causa da instrucção», empregava todas as horas do dia e algumas da noite «na lide escholar», ensinando aos alunos mais adiantados algumas matérias para além das estabelecidas para o Ensino Elementar Primário. Provava-o o facto que, desde 1880, em paridade com a Escola Real de Mafra, aos exames elementares terem «comcorrido alumnos» da escola «a seu cargo», sendo alguns «aprovados plenamente» com a menção de «distincção». Enfatizava que viver numa Vila urbana tinha custos que se repercutiam na carestia dos preços, situação que a maioria dos colegas não enfrentava, porquanto exerciam o Magistério nas «aldeias do concelho». ⁵⁵

Gráfico n.º 70 – Origens sociais dos alunos – ano de 1880



Fontes: A.H.M.M. – *Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho* - Freguesia da Ericeira - *Of. s/ n.º Exp. em 03-11-1880 ao Administrador do Concelho / Mapa Matrícula e Frequência -1880 - C.P.4 – E-28/ Lv. de Eleitores e Elegíveis do Concelho de Mafra-n.º 60* - Freguesia da Ericeira – Séc. XIX

Quadro n.º 51 – Número de alfabetizados responsáveis pela educação dos alunos – Ano de 1880

Parentesco	Profissão	%	Sabem ler	%	Grau de parentesco	Profissão	%	Sabem ler	%
Pai	Marítimo	30	7	30	Pai	Apontador	1,2	1	100
Protector						Lojista	1,2	1	100
Pai	Proprietário	5	4	100		Sapateiro	1,2	0	0
	Trabalhador	5	0	0		Pedreiro	1,2	1	100
	Guarda de Alfândega	3,7	1	33,3		Patrão Mor	1,2	1	100
	Carpinteiro	3,4	2	66,6		Fazendeiro	1,2	1	100
	Almocreve	2,5	0	0		Lavrador	1,2	1	100
Pai	Desconhecido	37,5	-----	---		Cortador	1,2	0	0
Protector						Tabelião	1,2	1	100
Órfão ou a cargo da Mãe						Carroceiro	1,2	0	0

Fontes: A.H.M.M. – *Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho - Freguesia da Ericeira - Of. s/n.º Exp. em 03-11-1880 ao Administrador do Concelho / Mapa Matrícula e Frequência -1880 - C.P.4 – E-28/ Lv. de Eleitores e Elegíveis do Concelho de Mafra-n.º 60 - Freguesia da Ericeira – Séc. XIX*

No universo dos encarregados de educação dos discípulos que frequentavam a classe do ano de 1880, a percentagem de alfabetizados situava-se aproximadamente em 27,5%. Grandes proprietários, apontadores, tabeliães, lojistas, pedreiros, carpinteiros, alguns marítimos e guardas de alfândega apresentam, em geral, diferentes níveis de instrução.⁵⁶ As origens sociais são díspares, frequentando a escola pública tanto os filhos dos maiores proprietários da Freguesia como os filhos do carroceiro ou de trabalhadores analfabetos.

Quadro n.º 52 – A classe de meninas – ano lectivo de 1880-81

Residência	Idades	N.º	%	Residência	Idades	N.º	%
Ericeira	5	1	4,7	Ericeira	12	4	19
	6	1	4,7		13	2	9,5
	7	6	28,5		14	1	4,7
	8	0	0		15	1	4,7
	9	1	4,7		16	1	4,5
	10	1	4,7		-----	--	---
	11	2	9,5		-----	--	---

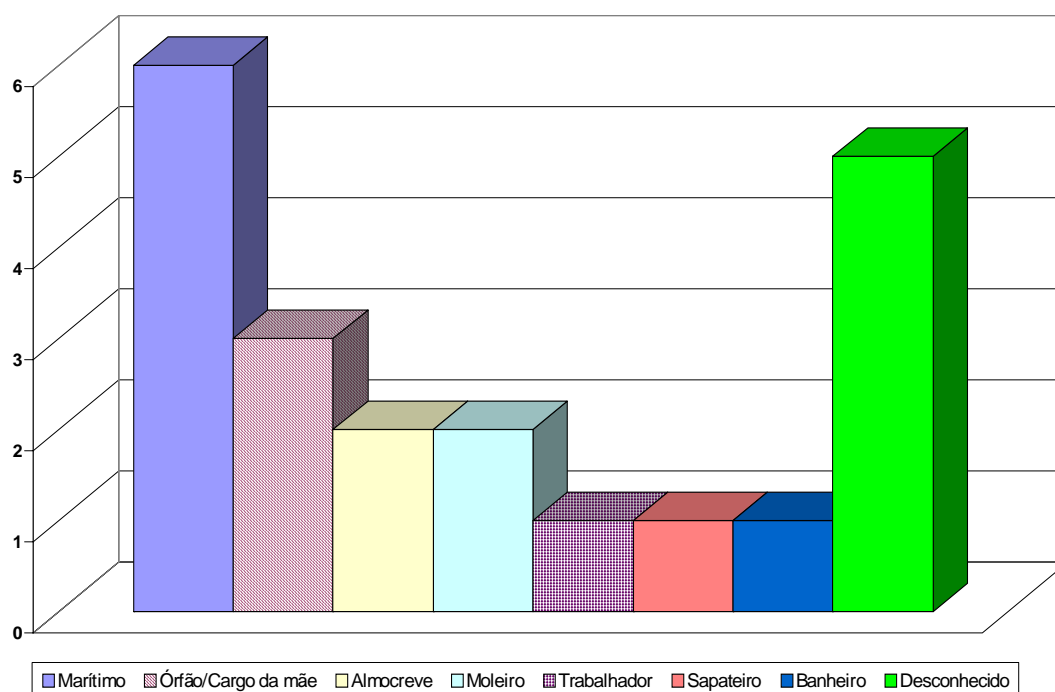
Fonte: A.H.M.M. – *Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho - Freguesia da Ericeira - Of. s/ n.º Exp. a 03-11-1880 ao Administrador do Concelho / Mapa de Matrícula e Frequência – 1880 - C.P.4 – E-28*

No ano lectivo de 1880, Dona Libânia Augusta Pereira, que provinha do ensino particular na vila, foi indicada para reger o ensino público das meninas, sob a forma de substituição, e informava o Administrador do Concelho, pelo *Mapa de Frequência e de Matrícula*, das alunas que frequentavam a classe pública.⁵⁷

A média de idades das meninas situava-se em 9 anos e 4 meses e o período de escolarização por excelência, para as idades compreendidas entre os 7 e os 13 anos.

No que concerne aos modos de ensino e manuais escolares utilizados na sala de aula, era adoptado o Modo Individual de ensino e fazia-se «uso de diferentes livros».

Gráfico n.º 71 – Origens sociais das alunas – 1880



Fontes: A.H.M.M. – *Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho - Freguesia da Ericeira - Of. s/ n.º Exp a 03-11-1880 ao Administrador do Concelho / Mapa de Matrícula e Frequência -1880 - C.P.4 – E-28/ Lv. de Eleitores e Elegíveis do Concelho de Mafra - n.º 60- Freguesia da Ericeira – Séc. XIX*

Na aula de meninas estavam ausentes as profissões ligadas aos estratos superiores da sociedade Ericeirense.

Esta diferença afere-se nas famílias com maior poder económico, que preferiam matricular as suas filhas nas escolas particulares, sendo elas próprias a seleccionarem o mestre. Enfatiza-se o cuidado que manifestavam na instrução das meninas, ao procurarem o ensino de qualidade ministrado pelo Professor Luís Manuel Vieira, que regia a parte literária às alunas que frequentavam a escola particular de sua esposa, Dona Maria da Conceição de Matos Vieira.

Quadro n.º 53 – Número de alfabetizados responsáveis pela educação das alunas – Ano de 1880

Parentesco	Profissão	%	Sabem ler	%
Pai	Marítimo	28,5	0	0
	Almocreve	9,5	0	0
	Banheiro	4,7	0	0
	Sapateiro	4,7	1	100
	Moleiro	9,5	0	0
	Trabalhador	4,7	0	0
Órfão ou a cargo da Mãe	-----	14,2	-----	---
Desconhecido	-----	24,2	-----	---

Fontes: A.H.M.M. – *Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho - Freguesia da Ericeira - Of. s/n.º Exp. a 03-11-1880 ao Administrador do Concelho / Mapa Matrícula e Frequência -1880 - C.P.4 – E-28/ Lv. de Eleitores e Elegíveis do Concelho de Mafra - Freguesia da Ericeira – Séc. XIX – n.º 60*

No universo dos encarregados de educação das meninas que frequentavam a classe do ano de 1880, apenas um sapateiro foi considerado alfabetizado, demonstrando o baixo nível de responsáveis alfabetizados pela educação das meninas.

Independentemente da origem social e do nível de instrução, as populações locais aderiram à escolarização das meninas. A partir da segunda metade do século XIX, a escola recebe efectivamente todas as classes sociais existentes na Vila da Ericeira.

Confirmada a adesão generalizada das populações, questiona-se: qual o ambiente de materialidade das escolas públicas?

O ambiente de materialidade das escolas públicas da Freguesia da Ericeira

Em 11 de Março de 1880, da Regedoria da Paróquia da Ericeira, era expedido um ofício ao Administrador do Concelho de Mafra, que nos esclarece sobre o ambiente de materialidade das escolas na Freguesia. Referia o Regedor ter empregue «todas as diligências» para confirmar que a casa onde funcionava a escola para o sexo masculino estava praticamente em «ruínas». O espaço físico escolar perigava a integridade física do professor e alunos, porquanto «se tem despegado do tecto pedaços de estuque», que felizmente resultaram em «ligeiros ferimentos em alguns alunos». Informava, ainda, que, na noite anterior, descolara-se «um pedaço do mesmo estuque, e tão pesado» que fendera «um banco». Era opinião unânime dos peritos convocados que a escola não devia «continuar ali a funcionar» pela evidência de uma tragédia iminente.

A Câmara Municipal de Mafra interferia prontamente no caso, pois o Presidente da Edilidade aludia ter oficiado o Provedor da Misericórdia da Ericeira, solicitando o empréstimo temporário de uma casa, transferindo a escola régia enquanto se «faziam os reparos indispensáveis na casa onde se acha actualmente».⁵⁸

Em 11 de Maio de 1881, num ofício avulso, o professor Luís Vieira dava conta das seguintes informações: «Levo ao conhecimento de V.^a Ex. a que o cumprimento, largura e altura da casa onde actualmente funciona a Escola Oficial Primária, do sexo masculino da freguesia da Ericeira que presentemente é frequentada mui irregularmente por oitenta alunos; - cumprimento da casa, 9,2 m; - largura, 6 metros; - altura, 2,6 metros.»⁵⁹

Comparando os dados arquitectónicos obtidos da escola, com os normativos da Lei de 7 de Julho de 1871, que regulavam as condições físicas para a criação de escolas de Instrução Primária, podemos afirmar que a casa não tinha a capacidade para a lotação de 80 meninos.⁶⁰

Em cópia de um ofício, datado de 1 de Janeiro de 1882, expedido pelo proficiente Delegado Paroquial da Freguesia da Ericeira, António Emílio de Figueiredo Cardoso, à Junta Escolar do Concelho, informava ter solicitado à Junta de Paróquia da Ericeira as competentes informações sobre o estado das escolas de Instrução Primária e que a mesma, «não as lendo», não vovera resposta, impedindo-o de fornecer as «melhores informações».⁶¹

O Delegado Paroquial andava apreensivo com a proximidade da época das matrículas e entendia que a Junta de Paróquia não tomava «uma razoável resolução a favor do ensino publico». O elevado número de crianças recenseadas fazia com que as

provisões da lotação da escola não fossem animadoras e esperava que muitas crianças não fossem «attendidas», porque «as casas [em] que actualmente funcionam as escolas são pessimas, e a maior, não comporta mais do que cincoenta alumnos». Denunciava, ainda, ter sido «cedida pela Camara de Municipal de Mafra uma casa, que a junta de parochia tem em completo abandono, depois de a ter cedido por algum tempo, para ensaios d'uma philarmonica e para quartel de soldados». A dita casa, depois de reparada, serviria ao fim a que se destinava, tendo capacidade para a frequência de 150 alunos.⁶²

Em 29 de Maio de 1882, o professor Luís Manuel Vieira expedia um ofício sem número, ao Delegado Paroquial da Vila da Ericeira, informando das condições materiais que enfrentava no quotidiano do ensino.

O dito professor tinha dado à matrícula 113 meninos e aguardavam a efectivação da mesma 39 crianças. Contudo, estavam matriculadas 130 crianças mas em frequência real apenas 76, apontando duas razões: a primeira referia-se ao espaço, que era de «cincoenta e cinco metros quadrados e vinte centímetros de superficie» e a segunda, relativa à falta de mobília escolar, que se compunha de «desanove bancos-carteiras» e cada um servia para «quatro alumnos». A casa tinha péssimas condições de higiene por causa do elevado número de discípulos em frequência. O rés-do-chão do edificio servia «para fabrico e deposito de vinhos em larga escala, cujos gases, introduzindo-se constantemente na eschola e de mistura com o ar já viciado» resultavam numa «atmosfera quasi suffocante».⁶³

Verificou-se que o mau ambiente das escolas do sexo masculino desta Freguesia era similar, ou pior, ao de tantas outras escolas do Concelho. Contribuindo para agravar, a falta de atenção que algumas Juntas de Paróquia dispensavam à Instrução Primária na sua Freguesia.

A casa cedida pela Câmara Municipal fora destinada a outros fins, entendendo-se a preferência pela Filarmónica local,⁶⁴ ou pela Instituição Militar. A Edilidade Municipal teve segunda intervenção, na medida em que, provisoriamente, obteve uma outra casa para o funcionamento escolar, mas assim se manteve com carácter provisório, por quatro anos.⁶⁵ A resolução sobre as más condições vigentes só se desencadeou quando o Administrador do Concelho interferiu no caso, compelindo aquela Junta a cumprir a Lei, que lhe atribuía toda a responsabilidade na matéria.

Três anos mais tarde, em 1885, sob a Presidência de José da Silva Barros, a Junta de Paróquia informava nos «mapas de receita cobrada e despesa paga com a instrução

primaria», que com as «obras e reparos» tinham-se efectuado despesas, no valor de 95\$935 réis e de 22\$500 réis com a escola e habitação do professor.

No ano de 1886, registavam-se novas despesas com as «obras e reparos» no valor de 50\$600 réis; com dois quadros negros, 5\$300 réis, e com outra mobília não especificada (que supomos serem os restantes bancos-carteiras necessários) foi assegurada pela doação de um benemérito local. No ano de 1885, registavam ainda, por «diversas despesas» decorrentes das «lavagens da escola», o valor de 21\$735 réis.

Foram necessários cinco anos para que, nesta Freguesia, a escola pública funcionasse em edifício adequado com as devidas condições de materialidade. A morosidade na aplicação da Lei deveu-se mais à vontade dos locais do que ao impular das autoridades máximas do Concelho. Pesem, embora, as condições de precariedade económica com que se confrontavam as Juntas de Paróquia para cumprir a Lei (de receita arrecadada para Instrução Primária realizou-se um valor de 88\$935 réis e, em gastos com as primeiras obras básicas, um valor de 118\$435 réis).⁶⁶ Enfatiza-se, ainda, que, não fora a filantropia local, muitas escolas do Concelho manteriam por longo tempo as condições degradantes a que assistimos.

Em Agosto de 1896, o professor da escola pública de meninos oficiava o Administrador do Concelho, solicitando o material que necessitava com urgência na sua aula: um armário, uma estante, livros, papel e mapas adequados ao novo programa de Instrução Primária e seis «mochos»⁶⁷ de 0,47 cm de altura. O professor confirmava que o estado de conservação e condições de higiene da casa escolar eram «soffríveis».⁶⁸

No mês de Novembro de 1896, os professores das escolas públicas de ambos os sexos enviavam uma cópia do inventário da mobília e utensílios escolares existentes nas Escolas Oficiais Primárias da Freguesia de S. Pedro da Ericeira, ao Administrador do Concelho de Mafra.

Quadro n.º54 – Utensílios e mobílias das Escolas Públicas da Freguesia da Ericeira

Escola Pública do Sexo Masculino		Escola Pública do Sexo Feminino	
Descrição do material	N.º	Descrição do material	N.º
Estrado de pinho com 1,76 m de comprimento e 1,76 m de lado;	1	Carteiras;	2
Mesa de pinho com 2 gavetas;	1	Mesas;	3
Bancos-carteiras com 2 m de comprimento em pinho;	19	Cadeira;	1
Armário-estante em casquinha envernizado;	1	Banquinhos;	47
Caixas-escarrador de pinho;	4	Mochos;	9
Estojo-padrão de Pesos e Medidas;	1	Contador mecânico;	1
Colecção de Mapas Geográficos;	1	Estrado;	1
Mapa Corográfico ⁶⁹ do Reino de Portugal;	1	Quadro preto;	1
Esfera terrestre;	1	Quadro de pesos e medidas;	1
Colecção de Quadros Parietais do Método de Leitura de João de Deus;	1	Mapa Corográfico;	1
Volumes de Biblioteca do Povo e das Escolas.	14	Tabelas de leitura pelo Método de João de Deus.	34
Relação de utensílios e mobília ao serviço da Escola do Sexo Masculino que pertencem ao Professor			
Quadros de casquinha;		2	
Cartas Corográficas de Portugal de E. A. Bettencourt;		2	
Quadro de bandeiras;		1	
Quadro com o Método de Leitura de Simões Raposo;		1	
Mesa de casquinha envernizada com 2,08 m de comprimento e 86 cm de largo, com 11 gavetas;		1	
Mesas pequenas de pinho com gaveta;		1	
Cadeira de madeira de fora, com assento de palhinha;		1	
Relógio de parede;		1	
Termómetro.		1	

Fontes: A.H.M.M – Cópia do Inventário da Mobília e Utensílios Escolares Pertencentes à Escola Oficial Primária do Sexo Masculino da Freguesia de S. Pedro da Ericeira /Anexo – Relação e Mobília e Utensílios que achando-se actualmente ao serviço da escola, pertencem ao Professor/ Of. s/ n.º dirigido ao Administrador do Concelho de Mafra de 28-11-1896/ Of. s/ n.º de 30-11-1896 dirigido ao Administrador do Concelho de Mafra - Expedido pela Professora da Escola Oficial Primária da Freguesia da Ericeira /Anexo - Cópia do Inventário da Mobília e Utensílios Escolares pertencentes à Escola Oficial Primária do Sexo Feminino da Freguesia S. Pedro da Ericeira -C. P.4 -E-28

Se, nos primeiros anos da década de oitenta do século XIX, assistimos às deploráveis condições materiais das escolas públicas, onde coabitaram os professores e alunos, pelo quadro *supra*, comprova-se que as condições foram-se alterando.

Na década de noventa, as escolas ofereciam um melhor ambiente de materialidade, a avaliar pelas informações prestadas pelos professores. Vários utensílios escolares, como contadores mecânicos, quadro de pesos e medidas, mapas geográficos e uma biblioteca escolar, favoreciam o ensino concreto de maior eficácia.

Percebemos, ainda, o papel importante desempenhado pelos professores, na conquista de melhorias nas condições de materialidade do Ensino Primário, providenciando materiais que o Estado ou a Paróquia não forneciam à escola. Em conjunto com alguns beneméritos locais, competentes Delegados Paroquiais e Presidentes de Junta, o ensino nesta Freguesia pôde finalmente desenvolver-se em melhores condições materiais.

Desta forma, tentámos perceber como aderiram as famílias ao ensino público após terem-se verificado as condições de materialidade que as escolas públicas ofereciam às crianças.

Adesão das famílias ao ensino público na Vila da Ericeira – 1850 a 1890

Família da Silva: Manuel Bernardo[ino]

Classe: 1855 – José Manuel
1880 - Manuel da Silva Júnior
1882 – Cândido

Família de Barros: António e Joaquim

Classe: 1850 - Justino e António de
1856 - José de Barros
(protector de:)
1880 - Francisco da Silva
1890 – Horácio e Olinda Noronha

Família Cascaes: Francisco

Classe 1850 – José Franco
1858 – António
1889 – José Franco Cascaes Junior

Família Caiado: José Inácio

Classe: 1856 – Inácio
1880- António Franco

Família Patacas: José

Classe: 1855 – Joaquim Ferreira
1858 - Dulvina
1880 – Constância

Família Pimpão: Joaquim e Manuel

Classe: 1855 – José
1858 – Ana da Conceição

Família Sant’Ana: Manuel

Classe: 1858 - Joaquim
1890 – Francisco Franco

Família Leitão: Alípio Franco

Classe: 1850 – António
1887 – Francisco e Sofia da
Conceição

Família Rosinha [o]: José Franco

Classe: 1850 – Domingos
1856 - José Domingues
1858 - Amália da Conceição
1858 – Catarina da Conceição
1880 - José Pereira Rosinho Júnior

Família Henriques: Firmo e Máximo

Classe 1850 - João Henriques e António
Máximo
1856 – Joaquim Henriques
1856 – Inês Franco
1880 – Venâncio Henriques

Família Carramona: José

Classe: 1856 – Manuel
1880 – Francisco
1889 - Isabel

Família Neto: Filipe

Classe: 1855 – José Neto
1880 – Cândido Neto

Família Franco: Henrique e Francisco

Classe: 1850 – Nuno e Francisco
1856 – Rafael e Gertrudes
1880 - José e Ana
1890- Ana Nazareth Costa

Família da Costa : Joaquim e Manuel

Classe: 1850 – José/Francisco/Manuel
1858 - Primo/João/Felix/ Isabel/
Elisiário/ Maria da Conceição
1880 – Abílio

Família Duarte Ferreira: João

Classe: 1858 - Francisco d´Assis
1887 – Victor d´Assis

Família Ribeiro: João Luís

Classe: 1850 – Francisco Luís
1858 – João
1884 - Gil da Costa

Fontes: A.H.M.M. – *Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho* - Freguesia da Ericeira - *Mapa de Matrícula e Frequência* - 1850/1856/1858/1880 - C.P.4 – E-28

Apesar das condições pouco favoráveis a que assistimos nas escolas públicas, a procura social da escola, por parte de algumas famílias, prolongou-se no tempo, durante gerações sucessivas que habitaram na Vila da Ericeira. Independente das condições de materialidade que o espaço escolar oferecia, mantiveram a sua preferência pelo ensino

ministrado por professores públicos que assistiram o Magistério Primário nesta Freguesia.

Enfatiza-se que apenas foram rastreadas as famílias que encontramos ao longo de três gerações, porquanto, em muitos casos, houve incerteza quanto à alteração de nomes ou sobrenomes. Tenha-se ainda em conta que algumas famílias, acima referidas, tomaram parte nas dinâmicas administrativas do ensino na Freguesia, a saber: em 1880 era Presidente da Junta de Paróquia, Joaquim Ferreira Patacas. De 1883 a 1885, era o escrivão da Junta de Paróquia Manuel Bernardo[ino] da Silva quem assinava os *Recenseamentos Escolares* da Freguesia. Referente ao ano de 1886, era o Presidente da Junta de Paroquia, José da Silva Barros, quem subscrevia os recenseamentos das crianças e desenvolvia vários trâmites para melhorar as condições de materialidade das escolas públicas.

Quadro n.º 55 – A classe de meninos – ano de 1893

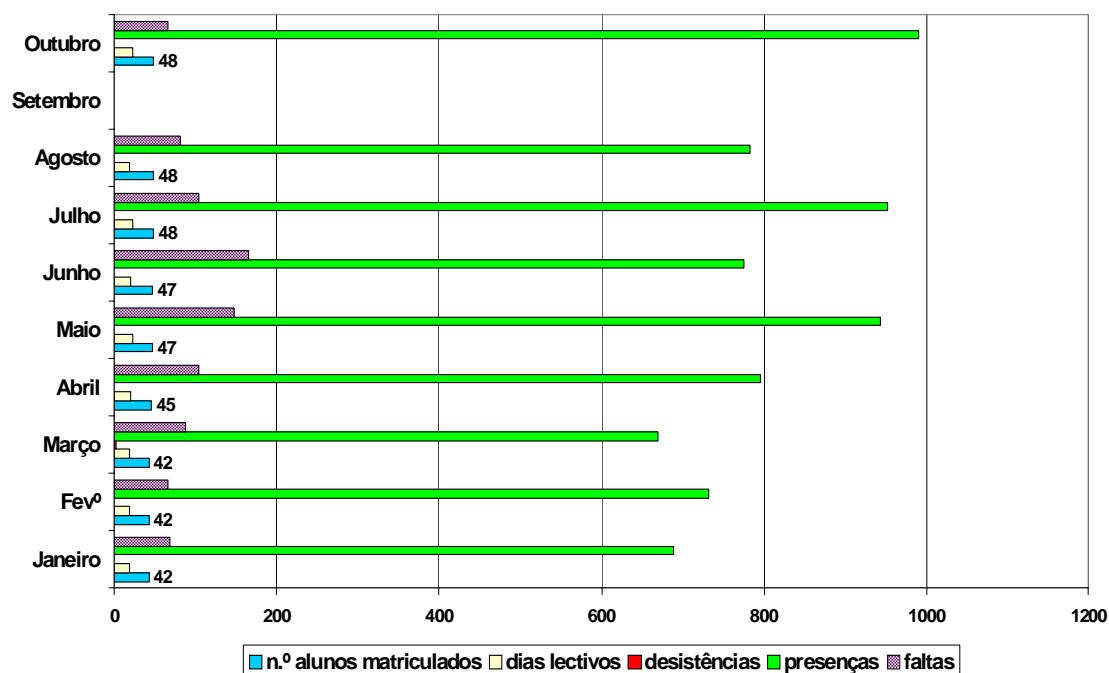
Mês	N.º de alunos matriculados	Aulas dadas (dias lectivos)	Presenças	Faltas	Alunos em frequência legal a)	Desistências
Janeiro	42	18	688	68	37	0
Fevereiro	42	19	732	66	38	0
Março	42	18	669	87	37	1
Abril	45	20	796	104	38	0
Maio	47	23	934	147	40	0
Junho	47	20	775	165	37	0
Julho	48	22	952	104	43	0
Agosto	48	18	783	81	44	0
Setembro	0	0	0	0	0	0
Outubro	48	22	990	66	43	0

a) Alunos que frequentavam em regime total (6 horas).

Fonte: A.H.M.M. – *Boletins e Folha dos Professores – Modelo E* – Freguesia de S. Pedro da Ericeira – ano lectivo de 1892 – 1893 -meses de Janeiro a Outubro de 1893 – C.P.1 – E-28

O rácio de alunos matriculados no ano de 1893 foi de 40,9 e o de alunos em escolarização de 35,7. A percentagem em assiduidade foi de 89%, e de 11% de abstenção. Os níveis de abandono escolar situaram-se em 2 %.

Gráfico n.º 72 – A assiduidade dos meninos – ano de 1893



Fonte: A.H.M.M. – *Boletins e Folha dos Professores – Modelo E* – Freguesia de S. Pedro da Ericeira – ano lectivo de 1892 – 1893 – meses de Janeiro a Outubro de 1893 – C.P.1 – E-28

O modelo do *Mapa da Frequência Escolar* alterou-se, passando mensalmente a vigorar os novos *Boletins e Folhas de Professores*⁷⁰. Se, por um lado, se perdem informações personalizadas, por outro, ganham-se no estudo da assiduidade, que se aferirá no estudo da escolarização dos meninos.

Resume-se que do total de alunos matriculados, 87% frequentava a escola, apresentando elevados níveis de assiduidade. Verifica-se um decréscimo de alunos matriculados, se comparados com os números (de 80 a 76 alunos) registados nos *Mapas de Matrícula* para os anos de 1850, 1856 e 1880. Quanto à regularidade de frequência, sugere uma menor flutuação entre entradas e desistências, se tivermos por padrão o estudo feito nos anos de 1855 a 1858. Poder-se-á afirmar que, no ano de 1893, houve maior regularidade na escolarização das crianças.

Quadro n.º 56 – A classe de meninas – ano de 1893

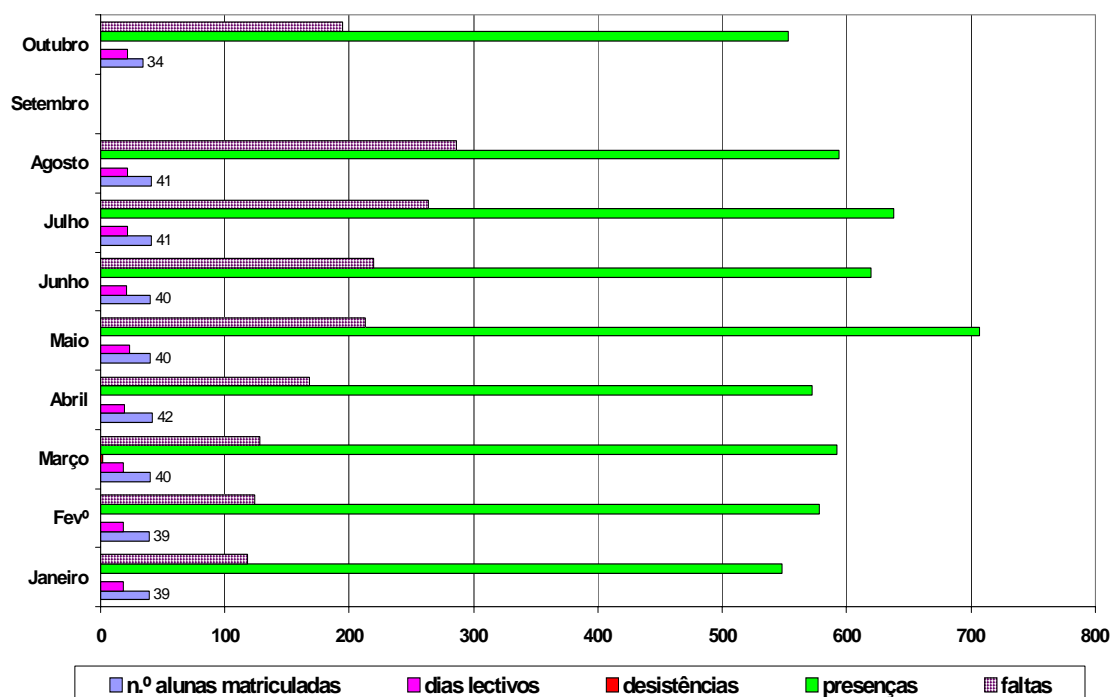
Mês	N. de alunas matriculadas	Aulas dadas (dias lectivos)	Presenças	Faltas	Alunos em frequência legal b)	Desistências
Jan.º	39	18	548	118	32	0
Fev.º	39	18	578	124	31	0
Março	40	18	592	128	31	2
Abril	42	19	572	168	27	0
Maio	40	23	707	213	28	0
Junho	40	21	620	220	29	0
Julho	41	22	638	264	28	0
Agosto	41	22	594	286	29	0
Setembro	0	0	0	0	0	0
Outubro	34	22	553	195	22	0

b) Alunas que frequentavam em regime total (6 horas).

Fonte: A.H.M.M. – *Boletins e Folha dos Professores – Modelo E* – Freguesia de S. Pedro da Ericeira – ano lectivo de 1892 – 1893 – meses de Janeiro a Outubro de 1893 – C.P.1 – E-28

O rácio de alunas matriculadas no ano de 1893 foi de 35,6 e o de alunas em escolarização de 25,7. A percentagem em assiduidade foi de 75,8%, e de 24% de abstenção. Os níveis de abandono escolar situaram – se em 5%.

Gráfico n.º 73 -A assiduidade das meninas – ano de 1893



Fonte: A.H.M.M. – *Boletins e Folha dos Professores – Modelo E* – Freguesia de S. Pedro da Ericeira – ano lectivo de 1892 – 1893 – meses de Janeiro a Outubro de 1893 – C.P.1 – E-28

Do total de alunas matriculadas, 64 % frequentava a escola, apresentando níveis razoáveis de assiduidade. Quanto à regularidade de frequência, existia uma flutuação de 20,5% entre entradas e desistências. Poder-se-á afirmar que existia regularidade na escolarização das meninas, com uma assiduidade ligeiramente inferior que a verificada na classe do sexo masculino.

O horário das actividades na escola pública

Em 1896, o Regedor da Paróquia, Prudêncio Franco da Trindade, informava o Administrador do Concelho de Mafra que o horário das actividades escolares funcionava nas horas regulamentares, a saber:

Período da manhã: 9. 00 h – 12. 00 horas

Período da tarde: 2. 00 h – 5. 00 horas

Referia o dito Regedor que a escola funcionava com regular frequência, segundo informações prestadas pelo professor Luís Manuel Vieira.⁷¹

Termo da escolaridade – os Exames Públicos

Exames de Instrução Primária Elementar na Freguesia da Ericeira (1.º Grau de Ensino Primário) – 1881 – 1894

Distinções/ Prémios de Exames atribuídos

Ano lectivo de 1885-1886

Na Escola Real de Mafra, nos dias 14 e 15 de Maio, pelas 10 horas, o professor Luís Manuel Vieira propôs a exame final do Curso Elementar de Instrução Primária, **uma aluna**, que frequentava a aula particular de D. Maria da Conceição de Matos Vieira, que o referido docente supervisionava na parte literária, tendo sido inspeccionados pela Comissão Inspector de Exames, composta pelo Presidente do Júri, Augusto César Marques, Administrador do Concelho de Mafra, pelo substituto do Sub- Inspector Escolar, José António da Costa, José Teodoro Simões Penalva, vogal da Junta Escolar do Concelho de Mafra, pelos vogais, os professores, Joaquim da Conceição Gomes, Luís Manuel Vieira, professor Municipal da Ericeira, e da escola pública de meninas de Mafra, a professora Laudalina Cândida dos Santos.⁷²

Ana Adelaide Ribeiro, nascida em 1 de Dezembro de 1871, filha de Isabel da Conceição Ribeiro, viúva de Alexandre dos Santos Ribeiro, cidadão do concelho que «sabia ler, escrever e contar, era elegível para cargos municipais ou de deputado», sapateiro de profissão, com residência na Vila da Ericeira, frequentava a escola particular regida pela professora Maria da Conceição de Matos Vieira, sob supervisão na parte literária do professor Luís Manuel Vieira.⁷³

Ana terminava as provas escritas, com a menção de “Bom” em Ortografia, “Ótimo” na Aritmética e “Bom” em Desenho Linear.

Nas provas orais, obteve a classificação de “Ótimo” na Leitura e em Análise; “Bom” na Gramática; “Ótimo” em Aritmética e em Doutrina Moral e Cristã; “Suficiente” em Desenho Linear; “Ótimo” no Comportamento; “Boa” Aplicação e “Bom” em Liores. Foi aprovada no exame com menção de “Distinção”.

Ano lectivo de 1887-1888

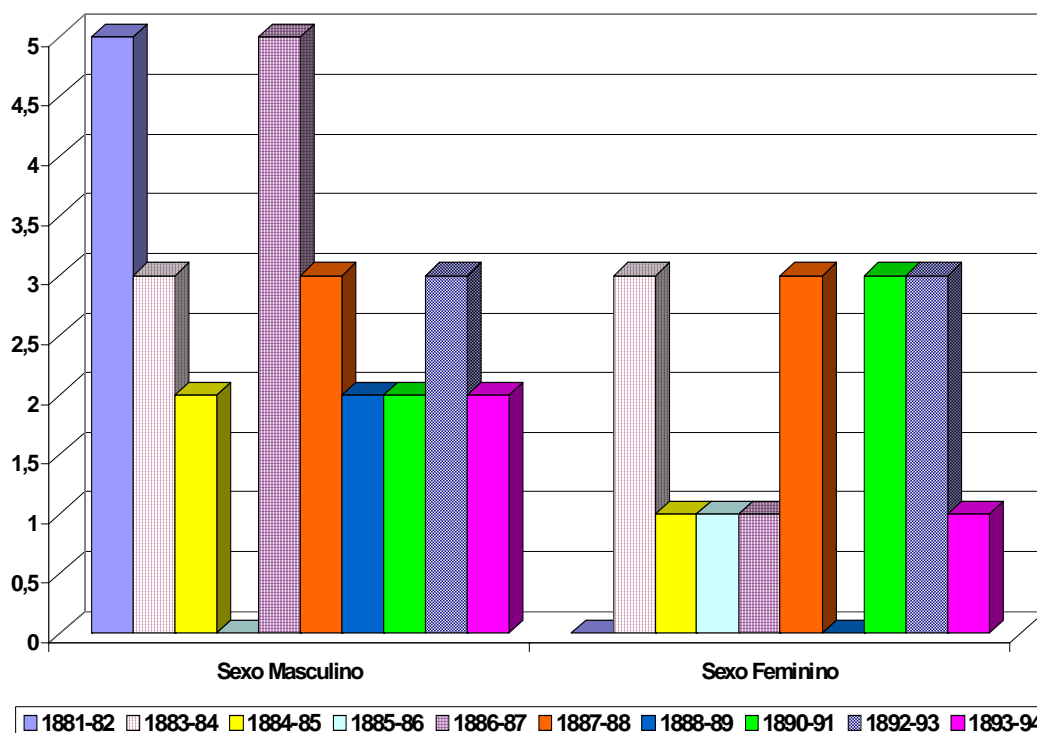
Na Escola Real de Mafra, nos dias 19, 20 e 21 de Julho, pelas 11 horas, o professor Luís Manuel Vieira propôs a exame final do Curso Elementar de Instrução Primária o aluno:

Victor d’Assis Duarte Ferreira, nascido em 12 de Abril de 1878, filho de Francisco d’ Assis Duarte Ferreira, cidadão do Concelho que «sabia ler, escrever e contar, elegível para cargos municipais ou de deputado», lojista de profissão, com residência na Vila da Ericeira, frequentava a Escola Pública da Ericeira.⁷⁴

Victor concluiu as provas escritas, com a menção de “Ótimo” em Ortografia, “Bom” na Aritmética e em Desenho Linear.

Nas provas orais, obteve a classificação de “Ótimo” na Leitura, em Análise, na Gramática, em Aritmética e em Doutrina Moral. Ficou aprovado no exame com menção de “Distinção”.

**Gráfico n.º 74 – Alunos que concluíram o Exame Elementar Primário
anos – 1881-1894**



Fonte: A.H.M.M. – *Lvs. de Recenseamento Escolar - Freguesia de S. Pedro Ericeira - anos de 1882- 1897 - C.G.1/ Lv. de Actas das Sessões do Júri de Exames de Mafra – n.º 271/ Lv. de Termos de Exame da Instrução Primária no Concelho de Mafra, 1882 – 1885 – n.º 90 - 1 / Lv. de Termos de Exame da Instrução Primária no Concelho de Mafra, 1886 - 1894 – n.º 91- 2 / Lv. de Correspondência Expedida pela Comissão de Exames- 1882-1891 - n.º321*

A partir dos anos oitenta do século XIX, a Lei aplica - se nas escolas da Freguesia. A nova (re)organização do Ensino Primário, professores melhor habilitados, maior regularidade na frequência dos alunos na classe, dinâmicas e materiais pedagógicos inovadores, a maior adesão das famílias ao ensino, começavam a fazer sentir-se na sociedade ericeirense. Pese embora, encontrarmo-nos perante um número ínfimo de alunos que terminavam o Curso Elementar Primário (apenas 10,7% do universo de crianças que foram registadas em frequência escolar, entre os anos de 1881 e 1893).

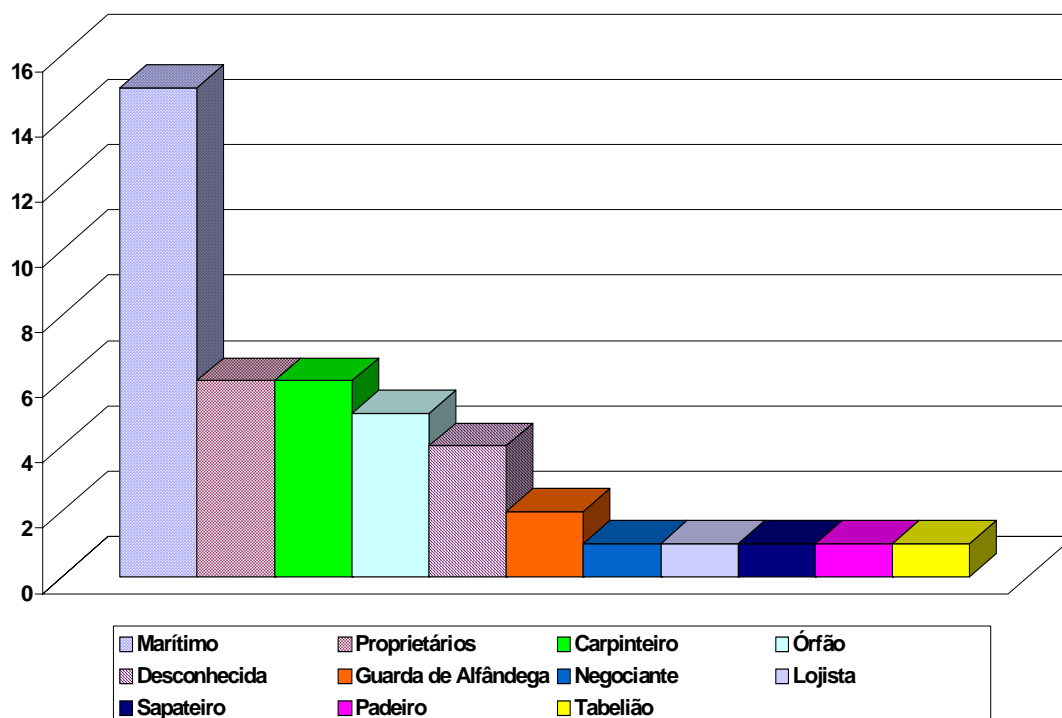
Observa-se a qualidade do ensino ministrado por professores cada vez mais habilitados para o exercício do Magistério Primário. Embora não sendo proveniente da Escola Normal Primária de Lisboa, o professor Luís Manuel Vieira demonstrou, ao longo da sua carreira, grande competência para exercer o Magistério Primário. A formação contínua que desenvolveu em Associações de Pedagogia, a saber: o Curso do Sr. João de Deus, no ano de 1883, que apresentava bons indicadores de tornar-se num centro de pedagogia inovador, para formação de professores.

«(...) ensinar a ler, escrever e contar pelo método admirável do Sr. Dr. João de Deus, os indivíduos que o solicitarem, até onde permitam os seus meios económicos, enviando nesse intuito às diversas povoações da Nação portuguesa professores devidamente habilitados – não se envolvendo em assuntos políticos, ou quaisquer outros ao seu fim (...) Relatório de actividades da Associação de Escolas Móveis pelo Método de João de Deus de 1882.»⁷⁵

Em Setembro de 1883, no mês das férias escolares, o professor Luís Manuel Vieira usufruía de um subsídio, concedido pela Câmara Municipal de Mafra, no valor de 13\$500 réis, com o objectivo de «ir aprender com o próprio author», o método de Leitura de João de Deus.⁷⁶

A professora Laudalina Cândida dos Santos, titular do Curso Normal Primário do 1.º Grau, com provimento vitalício na Cadeira de S. Teotónio, Concelho de Odemira, concorreu à vaga da cadeira de Instrução Primária da Vila da Ericeira, no ano de 1881. No ano lectivo de 1882, foi deslocada da Vila da Ericeira para Mafra, por a Edilidade considerar que a qualidade do seu Magistério e Habilitações eram as indicadas para reger o ensino na sede do Concelho. Esta professora (re)ingressou na cadeira de Ensino Primário da Vila da Ericeira no ano lectivo de 1886-87.⁷⁷

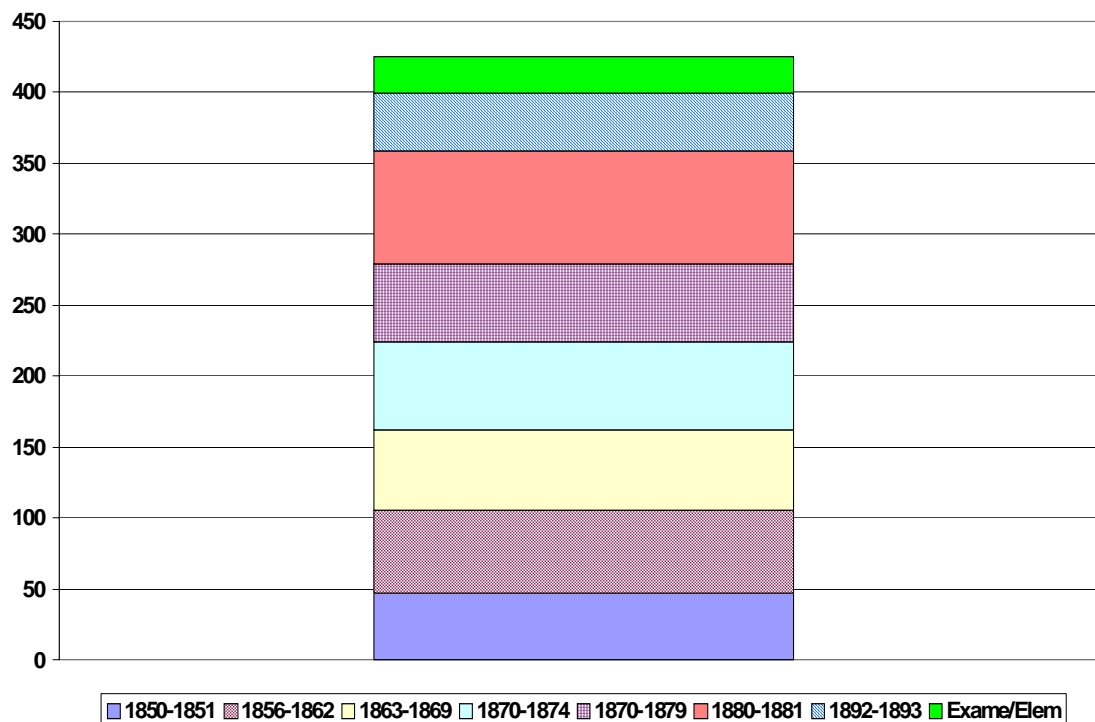
Gráfico n.º 75 – Origens sociais dos alunos que concluíram a Instrução Elementar Primária – 1884-1894



Fontes: A.H.M.M. – *Lvs. de Recenseamento Escolar* - Freguesia de S. Pedro Ericeira - anos de 1882- 1897 - C.G.1 / *Lv. de Actas das Sessões do Júri de Exames de Mafra* – n.º 318 / *Lv. de Termos de Exame da Instrução Primária no Concelho de Mafra*, 1882 – 1885 – n.º 90 - 1/ *Lv. de Termos de Exame da Instrução Primária no Concelho de Mafra*, 1886 - 1894 – n.º 91 - 2 / *Lv. de Correspondência Expedida pela Comissão de Exames*- 1882-1891 - n.º321/ *Lv. de Eleitores e Elegíveis* – Concelho de Mafra-Freguesia de S. Pedro da Ericeira - Séc. XIX – n.º 69

Os alunos que terminaram o Ensino Elementar Primário na Freguesia da Ericeira são, na sua maioria, oriundos de classes sociais mais esclarecidas, sendo elas próprias detentoras de diferentes níveis de instrução, reconhecendo-lhe o sentido de utilidade prática. Profissões especializadas ou da administração, negociantes, proprietários⁷⁸, carpinteiros, marítimos, lojistas, padeiros, sapateiros, guardas de alfândega e tabeliães. Em relação às crianças órfãs, apresentavam origens sociais variadas, alguns de famílias abastadas, outras em situação de pobreza extrema⁷⁹ que tinham, por única herança, uma inteligência acima da média, destacando-se na classe.

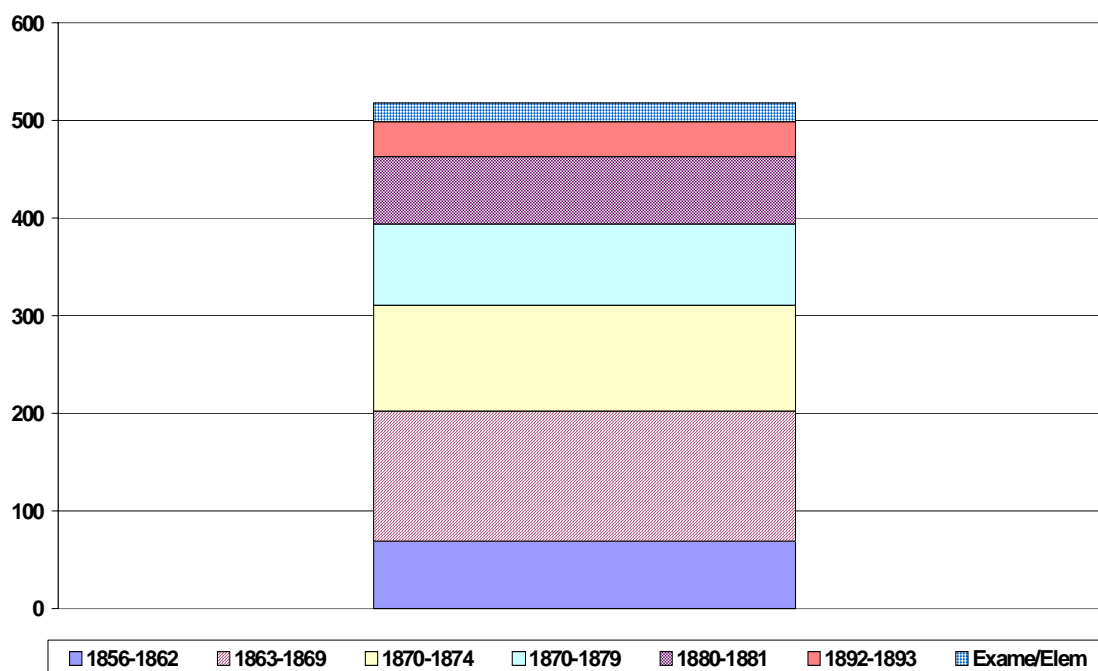
Gráfico n.º 76 – Crianças do sexo masculino que receberam Ensino Primário ou fizeram Exame Elementar – anos de 1850 a 1893



Fontes: A.H.M.M. – *Lv. de Recenseamento Escolares - Freguesia de S. Pedro Ericeira anos de 1882- 1897 - C.G.1/ - Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho - Freguesia da Ericeira - C.P.4 – E-28 / Mapa dos Alunos que durante o Mês Frequentaram a Aula de Instrução Primária - 1850 – 1893 Lv. de Recenseamento Escolar - anos de 1882- 1897 - C.G.1 /Lv. de Actas das Sessões do Júri de Exames de Mafra – n.º271 / Lv. de Termos de Exame da Instrução Primária no Concelho de Mafra, 1882 – 1885- n.º 90 - n.º1 / Lv. de Termos de Exame da Instrução Primária no Concelho de Mafra, 1886 - 1894 – n.º 91 - 2 / Lv. de Correspondência Expedida pela Comissão de Exames - 1882-1891 - n.º321*

Decorrente dos processos de escolarização local, tentámos desenvolver um gráfico relativo às três últimas décadas do século XIX, rastreando as crianças do sexo masculino que foram registadas em frequência escolar nesta Freguesia. Afere-se que existiriam mais de 374 homens alfabetizados, indicados nos Censos de 1900. Tudo leva a crer que o quadro de alfabetização masculina se alterou, pelo fluxo de emigração que teve lugar na segunda década do século XIX ou, ainda, resultante do mau contributo que adveio do surto de *cólera mórbus*, que grassou no ano de 1856.

Gráfico n.º 77 – Crianças do sexo feminino que receberam Ensino Primário ou fizeram Exame Elementar – anos de 1856 a 1893



Fontes: A.H.M.M. – *Lv. de Recenseamento Escolares - Freguesia de S. Pedro Ericeira anos de 1882- 1897 - C.G.1/ - Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho - Freguesia da Ericeira - C.P.4 – E-28 / Mapa dos Alunos que durante o Mês Frequentaram a Aula de Instrução Primária - 1850 – 1893 Lv. de Recenseamento Escolar - anos de 1882- 1897 - C.G.1 /Lv. de Actas das Sessões do Júri de Exames de Mafra – n.º271 / Lv. de Termos de Exame da Instrução Primária no Concelho de Mafra, 1882 – 1885- n.º 90 - n.º1 / Lv. de Termos de Exame da Instrução Primária no Concelho de Mafra, 1886 - 1894 – n.º 91 - 2 / Lv. de Correspondência Expedida pela Comissão de Exames - 1882-1891 - n.º321*

No período de tempo que dispusemos para consulta de fontes que indicavam a escolarização do sexo feminino, encontrámos uma média de 517 alunas em escolarização, inferior a 534 mulheres alfabetizadas declaradas pelos Censos de 1900.

Contudo, colocam-se reservas quanto aos números apurados, por causa da forte dinâmica de escolarização das meninas na Freguesia e pela existência de inúmeras escolas particulares que, muitas vezes, se arredavam do controlo das autoridades locais.

A génese de alfabetização pública das populações adultas

O Ensino Nocturno para adultos

O ensino nocturno para adultos foi implementado na Freguesia da Ericeira, entre os anos de **1867** a **1873**, de acordo com a Portaria de 20 de Julho de 1866, assinada por João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Mártens. No seu capítulo I, «Escolas de Adultos» instituíu o ensino dos adultos no País, a par do «ensino da infância».

Para a criação destas escolas, apelava-se ao seu estabelecimento voluntário em todas as localidades onde houvesse professores. Esta escola tinha, como objectivo primeiro, ministrar o Ensino Primário aos adultos. Àqueles que nunca tivessem frequentado uma escola na infância ou para ex-alunos, servindo-lhes como uma «verdadeira escola de aperfeiçoamento».

O Ensino Nocturno de adultos foi instalado na Vila da Ericeira, no ano de 1867, na escola pública do sexo masculino.⁸⁰

Coube ao professor Joaquim Elisiário Ferreira proceder à sua inauguração, mas nem o seu prestígio docente foi suficiente para cativar os adultos que, provavelmente, andariam ocupados com a faina do mar, tomando-lhes esta boa parte da noite e do dia. Assim, no ano inaugural a escola não teve concorrentes e assim se manteve, até ao ano seguinte.

Em 1868, o *Mapa de Frequência de Alunos* registava 1 aluno matriculado que, segundo o professor, pouco aproveitou, por não ter frequência regular. A escola esteve aberta no período de 7 de Janeiro a 31 de Março de 1868.

Entre os anos de 1869 e 1872, o estabelecimento não funcionou por falta de alunos.

No ano de 1873, o professor Joaquim Ferreira registou a matrícula de 4 alunos, cujas idades variavam entre dez e trinta e dois anos. Durante 20 dias, os quatro discípulos frequentaram a escola regularmente. Do aproveitamento escolar nada se sabe, porque o professor não registou qualquer informação acerca da matéria.

Durante seis anos, os adultos desta Freguesia não frequentaram o Ensino Público Nocturno, constatando-se que não houve adesão da população local, já que apresentava um regime de funcionamento que era incompatível com o seu modo de vida quotidiana, a vida da pesca.

¹ Silva, Jaime Lobo, *Vida Quotidiana na Ericeira Nos Começos da I República*, Ericeira, Editora Mar de Letras, 1996.

² A.H.M.M. – *Lv. de Eleitores e Elegíveis do Concelho* - anos de 1856 a 1880.

³ Existia a Colónia Ericeirence no Brasil, negociantes de azeite em Manaus, alguns partiram para África, outros ganhavam o sustento como embarcações em Navios Comerciais, ou de Passageiros, ou à testa do seu Comando. (Ver Silva, Jaime Lobo, *A Vida Quotidiana na Ericeira Nos Começos da I República*, Ericeira, Editora Mar de Letras, 1996, pp.47-87)

⁴ «(...) No decurso da segunda metade do século XIX, o aumento numérico da burguesia mantém-se. (...) É um período de desenvolvimento de uma grande burguesia ligada à indústria, às actividades bancárias, às sociedades por acções e ao comércio com as colónias. (...) Em 1875, as profissões liberais (advogados, solicitadores, farmacêuticos e médicos) totalizavam cerca de 3 500 indivíduos em todo o País. (...) Na cidade do Porto, compunham-se sobretudo de comerciantes e negociantes ligados ao comércio do vinho, subsidiariamente ao tráfego brasileiro e, a partir da década de 70, também às operações bancárias relacionadas com as remessas dos emigrantes» (Vaquinhas, Irene Maria e Cascão, Rui, “Evolução da Sociedade em Portugal: A Lenta e Complexa Afirmção de uma civilização Burguesa” in *História de Portugal - O Liberalismo [1807-1890]*, Quinto Volume [Dir. de José Mattoso e Coord. de Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque], Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p.p. 382-383).

⁵ “Em meados de oitocentos, começa a utilizar-se o termo *operário*, aplicado tanto ao artífice como ao operário industrial propriamente dito. Assim se verifica, por exemplo, num artigo sobre uma das primeiras greves de que há notícia em Portugal (1849). Com efeito ali se referenciam *polidores, marceneiros, carpinteiros*, os que trabalhavam com metais, etc., ao mesmo tempo que o vocábulo *operário*, várias vezes usado, se aplica genericamente aos mencionados profissionais. (...) como se acaba de verificar, diferentemente do que sucedia nos anos 20, (séc. XIX), apesar de continuar a usar-se *fabricante* como sinónimo de *industrial*, às designações *artista* e *oficial de fábrica* começa a preferir-se a de operário» (Mendes, J. Amado, “As Camadas Populares Urbanas e a Emergência do Proletariado Industrial [do Artífice ao Proletário]”, *idem*, pp. 422).

⁶ «Mappa dos Professores, e Mestres das Escolas Menores e das Terras, em Que se Acham Estabelecidas as Suas Aulas, e Escolas Neste Reino de Portugal e Seus Domínios – Anexo à Carta de Lei de 1772 – Mestres de Ler, Escrever e Contar. Terras que não são Cabeças de Comarcas – Ericeira. Professores de Grammatica Latina. Terras que não são Cabeças de Comarcas – Ericeira».

⁷ A.N.T.T. – *Processo de Provimento de Professores* – Séc. XVIII – Maço 4388 – Averb.º n.º 114.

⁸ A.N.T.T. – *Processo de Provimento de Professores* – Séc. XVIII – Maço 4387 – Averb.º Of. n.º 243/ Edital Reg. Of. N.º 237/ Averb. n.º 251.

⁹ A.N.T.T. – *Relação de Escolas e Professores. Provimento de Professores* – Séc. XVIII – Maço 4388 – Averb.º oficial, n.º 251.

¹⁰ A.N.T.T. – *Processo de Provimento de Professores* – Séc. XIX – Maço 4388.

¹¹ A.N.T.T. – *Provimento por três anos, em Junta de 24 de Maio de 1827 – Processo de Provimento de Professores* – Séc. XIX – Maço 4388

¹² A.N.T.T. – *Processo de Provimento de Professores* – Séc. XIX – Maço 4388.

¹³ A.N.T.T. – *Processo de Provimento de Professores* – Séc. XIX – Maço 4388.

¹⁴ A.N.T.T. – *Processo de Provimento de Professores* – Séc. XIX – Maço 4388 - Averb.n.º 38 - Of. - 5ª Repartição - n.º 65.

¹⁵ «Dom João do Sacratissimo Coração de Maria e Castro, Mestre Jubilado em Teologia e Filosofia, Perfeito que fui dos Estudos na Escola do extinto Mosteiro de S. Vicente de Fora, certifico que Antonio Gabriel Correia de Andrade, filho legitimo de Joaquim Gabriel dos Santos Andrade e D. Eufemia Barbosa Correia de Macedo, estudou debaixo da minha direcção, com muita applicação e com aproveitamento a Lingua Latina e Francesa, para que isto conste a quem e onde bem for, passei esta Certidão na Vila de Mafra, aos quatro de Setembro de 1843. Dom João do Sacratissimo Coração de Maria Castro» Assinatura reconhecida com o sinal do próprio, com as testemunhas da verdade (A.N.T.T. - *Processo de Provimento de Professores* - Séc. XIX - Maço 4388 - Averb.n.º 38 - Of. - 5ª Repartição - n.º 65).

¹⁶ A.N.T.T. – *Processo de Provimento de Professores* – Séc. XIX – Maço 4388.

¹⁷ A.N.T.T. – *Processo de Provimento de Professores* – Séc. XIX – Maço 4388.

¹⁸ A.N.T.T. – *Processo de Provimento de Professores* – Séc. XIX – Maço 4388.

¹⁹ “Requerimento de súplica que anexa 50 assinaturas da População da Vila da Ericeira/ Registado em Coimbra, no dia 19 de Março de 1859” (A.N.T.T. - *Processo de Provimento de Professores* - Séc. XIX - Maço 4388).

²⁰ A.N.T.T. – *Processo de Provimento de Professores* – Séc. XIX – Maço 4388 – Administração do Concelho de Mafra – n.º 180, em 1 de Abril de 1859 – Reg. Nota de Representação – a Illm.º Sr. Secretário Geral sob. o n.º 95.

²¹ «(...) *Século de ouro da burguesia*, o século XIX assistiu ao reforço deste grupo social. (...) **A valorização da família irá conduzir a avanços na condição social da mulher, sobretudo no que respeita à sua instrução.** (...) De acordo com os princípios tradicionais, a educação reservada às raparigas destinava-se a convertê-las em mulheres ociosas, sinal de prosperidade e de êxito material dos respectivos esposos. Considerava-se axiomático que a função social da mulher era a de ser esposa e mãe, e que para desempenhar esse papel necessitava sobretudo de valores morais e sentimentais. Nesta linha de domesticidade, o conteúdo intelectual da educação feminina era praticamente nulo. Saber ler, escrever e contar, ter alguns rudimentos de línguas vivas, em especial francês, doutrina cristã, princípios e regras de civildade e de uma aprendizagem apurada das *prendas próprias para o sexo feminino*, em particular os trabalhos de agulha, constituía a essência de um ensino que não se destinava a formar literatas, mas a preparar as raparigas para as nobres funções de esposa e mãe de família, sabendo receber e dirigir uma casa. Ora **a Regeneração irá imprimir algumas alterações ao modelo educacional.** A necessidade de recuperar o atraso que

nos separava dos países mais cultos e civilizados, que promoviam a educação da mulher, e o reconhecimento de que a instrução feminina era um contributo indispensável ao projecto de modernização do País fizeram-na avançar» (Vaquinhas, Irene Maria e Cascão, Rui, “Evolução da Sociedade em Portugal: A Lenta e Complexa Afirmação de uma Civilização Burguesa” in *História de Portugal - O Liberalismo [1807-1890]*, Quinto Volume [Dir. de José Mattoso e Coord. de Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque], Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 386-387).

²² A.H.M.M. – *Mapa Geral Estatístico da Instrução Primária e Secundária no Concelho de Mafra – 1856 / 1860 / 1875 / 1879 – C.P.6 – E – 28.*

²³ A.H.M.M. – *Mapa do Movimento Escolar no Concelho de Mafra e Plano Geral Provisório das Escolas – 1882.*

²⁴ A.H.M.M. – *Of. e Circ. das Várias Escolas do Concelho - Freguesia da Ericeira - Acta da Vereação da Câmara Municipal da Ericeira - Sessão Ordinária -29-12-1849 - C.P.4 – E-28:* «(...) Manoel Antonio Leite , professor de Ensino Primario nesta Villa, que em virtude do Decreto de vinte de Setembro de mil oitocentos e quarenta e quatro, artigo vinte e seis, paragrapho único se lhe desse a gratificação extraordinária de dez mil reis, por ter numero de discipulos competentes; Accordão em Camara, Deferem a pertença do Suplicante por ser Lei, e mostrar ter o numero de discipulos competentes, cujo vencimento deve começar no primeiro do corrente mez.»

²⁵ A.H.M.M. – *Mapas Estatísticos sobre as Escolas Públicas – C.P 6 – E-28.*

²⁶ Dec. de 20 de Setembro de 1844, *D.G.* n.º 220, 28 Setembro de 1844 - Capítulo II - Do número e local das Escolas - art.º 4.º: «Ficam subsistindo, como escolas do primeiro grau, todas as Escolas de Instrução Primária, que estão legalmente criadas.»

²⁷ Dec. de 20 de Setembro de 1844, *D.G.* n.º 220, 28 Setembro de 1844 - Capítulo III: «Disciplina e frequência das Escolas art.º 66.º, 67.º § único: Os alunos das Escolas de Instrução Secundária, poderão matricular-se como ordinários, ou como voluntários. Os ordinários pagarão pela matrícula, no princípio do ano lectivo \$900 réis, e outro tanto pelo encerramento da mesma no fim do ano, seja qual for o número de Aulas que frequentar. Os estudantes, que só frequentarem Aulas de línguas, pagarão metade daquela quantia.»

²⁸ A.H.M.M. – *Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho - Freguesia da Ericeira - C.P.4 – E-28:* 1º Requerimento Dirigido à C.M. Ericeira – 5-04-1851/ 2º Requerimento Dirigido ao Governador Civil de Lisboa – 26 – 05 – 1851/ Manoel António Leite/ Professor de Ensino Primário -Vila da Ericeira.

²⁹ A.H.M.M. – *Mapas Estatísticos sobre as Escolas Públicas à Inspeção – C. P. 6 – E – 28.*

³⁰ Inexistência de dados para o ano de 1861.

³¹ Inexistência de dados para os anos de 1865 e 1866.

³² A.H.M.M. – *Mapas Estatísticos sobre as Escolas Públicas à Inspeção - C. P. 6 – E-28.*

³³ A Reforma de Ensino de 1836, publicada no Decreto-lei de 15 de Novembro de 1836, recomendava que onde «concorrerem as precisas circunstancias serão as Escólas de ensino simultaneo convertidas em Éscolas de ensino mutuo». Do Objecto de Ensino Primário, art.º 2.º, § 2.º.

O Método de Ensino Mútuu previa uma frequência de 100 a 300 alunos e nunca teve implementação nas escolas do Concelho de Mafra, dada a pouca afluência de alunos. A Escola Real de Mafra foi a única escola que reuniu as condições para aplicá-lo. Contudo, os professores de grande mérito que aí exerceram nunca foram verdadeiros entusiastas deste método de ensino pelo que, tal como a maioria dos professores deste Concelho, adoptaram o Método Simultâneo de ensino, recorrendo a *alunos-mestres* que os auxiliavam no exercício do Magistério.

³⁴ As 4.ª e 5.ª divisões, o 2.º Grau e/ ou do Ensino Primário Complementar (*Relatório do Acontecido na Real Eschola de Mafra, desde a sua sollemne installação, no dia 9 de Dezembro de 1855* [1860- 1866], Lisboa Typographia Franco-Portugueza).

³⁵ Reforma de Ensino publicada no Decreto-lei de 20 de Setembro de 1844, Publicada no *D. G.*, n.º 220, de 28 de Setembro de 1844.

³⁶ «(...) Joaquim Elisario Ferreira, professor reformado do Ensino Primário, certifica que Manuel Francisco de Barros, de vinte tres annos de idade, solteiro, natural d ´esta Villa, filho legitimo de Zeferino de Barros, falecido e de Anna Roza da Conceição, frequentou a Aula d ´ Instrucção Primaria, outrora a meu cargo, estabelecida nesta Villa, desde o ano de mil oitocentos e setenta e tres até ao anno de mil oitocentos e oitenta, manifestando n ´este periodo a mais consistente applicação e extrema assiduidade no estudo das materias correntes, com aproveitamento tal, que bem depressa, se tornou apto para leccionar não so as rudimentares, como tambem a Grammatica , Historia, Corographia, Aritmetica pratica, Sistema Metrico Linear, Historia Sagrada e Caligraphia, pelo que algumas vezes me substituiu no Magisterio, durante a minha ausencia autorizada» (A.H.M.M - C. P.5 – E-28).

³⁷ «Os Professores, attendendo ao numero de seus discipulos, e aos differentes grãos e estado de instrucção, os distribuirão em classes, pelas quaes dividirão o tempo das lições de maneira que satisfaçam a todos os objectos de ensino; sem que por causa de um, fique o outro prejudicado; e terão especial cuidado e vigilancia para que os meninos estejam constantemente occupados nos exercicios da sua classe, ou ao menos attendendo aos de outra, em que já utilmente possam tomar parte» (Decreto de 20 de Dezembro de 1850, Art.º 30).

³⁸ Podem avançar-se várias explicações dentre as quais, o aparecimento da *Cólera Mórbus* que grassou fortemente nesta Freguesia, a saber: «(...) **officio e outro de dezassete do corrente, do médico e cirurgião de partido residentes na Villa da Ericeira, dando parte de que a Cólera invade aquele ponto**» (A.H.M.M. – *Lv. de Actas das Sessões da Vereação - 1852-1857 – n.º 000006 - Sessão de 24 de Julho de 1856 - fls.317 v.e 318*).

Outras causas relacionam-se com os Naufrágios decorrentes da subsistência no mar, que provocariam muitas vítimas. (Ver Silva, 1996: 47).

³⁹ A.H.M.M. – *Mapas Estatísticos sobre as Escolas Públicas à Inspeção – Séc.XIX – C. P. 6 – E-28:* «Quesitos sobre que deve recair a inspeção das escolas primarias publicas e particulares, ordenada aos Administradores de Concelho.» Pela Portaria de 12 de Abril de 1862, *D.G.*, n.º 85, de 15 de Abril de 1862.

⁴⁰ Vários manuais escolares existentes no Arquivo da Biblioteca Municipal de Mafra, provenientes da Escola Real de Mafra. Petições de materiais escolares e informações constantes nos ofícios dos professores de todas as freguesias do concelho de Mafra (A.H.M.M. - *Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho* - Séc. XIX - C. P. 4, 5 - E-28).

⁴¹ A.H.M.M. - *Mapa Demonstrativo das Cadeiras Publicas de Instrução Primária do Sexo Masculino como Feminino, Existentes (em 30 de Julho de 1870) no Concelho de Mafra* - E-28 / *Mapas Estatísticos Sobre as Escolas Públicas* - Séc. XIX - C. P. 6.

⁴² «(...) 1 mesa tendo o cumprimento de qualquer das paredes da escola, com 3 palmos de largura e 5 d' altura; contendo 3 ou 4 tinteiros conforme o cumprimento da mesa e 2 gavetas, 1 em cada extremidade. 1 banco do cumprimento da meza, ou, dos pequenos para cada aluna se sentar. 1 quadro preto, sendo a sua forma 1 metro quadrado. Alem d'isto são necessárias muitas outras cousas mas limitando a isto; só quero provar, que não desejo enfadar, mas sim, ser attendida no meu justo pedido» (A.H.M.M. - *Of. e Circ. das Várias Escolas do Concelho* - Freguesia da Ericeira - *Mapa dos Alunos que durante o Mês frequentaram a Aula de Instrução Primária* - 23 de Junho de 1873 - C.P.4 - E-28).

⁴³ A.H.M.M. - *Mapa Demonstrativo das Cadeiras Publicas de Instrução Primária do Sexo Masculino como Feminino, Existentes (em 30 de Julho de 1870) no Concelho de Mafra* - E-28 / *Mapas Estatísticos Sobre as Escolas Públicas* - Séc. XIX - C. P. 6 / «Quesitos sobre que deve recair a inspecção das escolas primarias publicas e particulares, ordenada aos Administradores de Concelho.» Pela Portaria de 12 de Abril de 1862, *D.G.*, n.º 85, de 15 de Abril de 1862.

Portaria de 12 de Abril de 1862 - publicada no *D.G.*, n.º85, em 15 de Abril de 1862 - Normaliza a Inspeção nas Escolas Primárias Públicas e Particulares por meio de Visita e Informações - «II - Das Escolas Primárias de Ensino Livre».

⁴⁴ Art.º 42.º: «Nenhuma pessoa poderá abrir Collegios ou Escolas de Ensino Primario ou de algumas Disciplinas que pertencem a este ramo, sem primeiro se habilitar, perante o Commisario dos Estudos, ou na sua falta perante o reitor do Lyceu do respectivo districto, com a declaração e documentos prescriptos pelo art.º 84.º do Decreto de 20 de Setembro de 1844, e sem apresentar ao Administrador do respectivo Concelho ou Bairro o competente Diploma dessa habilitação» Decreto de 20 de Dezembro de 1850.

⁴⁵ A.H.M.M. - *Professores de Instrução Primária que Exercem o Ensino Elemental do Primeiro Grau na Freguesia de S. Pedro da Ericeira - Mestras Particulares* - Of. n.º 3 - Regedoria da Ericeira - 23-1-1882- *Of. e Circ. das Várias Escolas do Concelho*- C.P.4 - E-28.

⁴⁶ A.H.M.M. - *Lv. de Actas das Sessões da Junta Escolar do Concelho de Mafra* - n.º338 - *Sessão de 15-4-1885* - fl.41v.

⁴⁷ A.H.M.M. - *Lv. de Recenseamentos Escolares -1882-1898; 1898 - 1900* - C. G. 1 / C. P. 8 - E-29.

⁴⁸ A.H.M.M. - C. G. 1 / C. P. 8 - E-29.

⁴⁹ A.H.M.M. - C. G. 1 / C. P. 8 - E-29.

⁵⁰ Até ao ano 1897 serviram de limite ao levantamento da frequência escolar.

⁵¹ Portaria de 17 de Outubro de 1859, publicada no *D.G.* n.º 146, de 19 de Outubro: Procedimentos a ter em conta por parte das Câmaras Municipais e Juntas de Paróquia aquando da criação de escolas públicas.

⁵² A.H.M.M. - *Of.º e Circ. de Várias Escolas do Concelho de Mafra* - Séc.XIX - C.P.5-E-28; Certidão de pedido de aumento no vencimento - Anexo - Declaração de Nomeação - da D.G.de Instrução Pública - 3ª Repartição.

⁵³ A.H.M.M. - *Cadernos de Recenseamentos - Sexo Feminino / Masculino - anos 1878-1883/1879-1884/1880-1885/1881-1886/1896-1897* - C.G.1 - E-29/C.P.8 - E-28.

⁵⁴ «Capítulo V, Do Magisterio Primario, art.º 33.º § 2.º - Na falta de individuos habilitados, as camaras municipais podem, ouvida a junta escolar, nomear pessoas idoneas para o cargo de ajudantes, ou sob proposta dos professores e approvação da junta escolar arbitrar gratificações a alunos mais adiantados, que sejam maiores de dezasseis annos de idade, para dirigirem as classes e coadjuvarem os professores.» (Lei de 2 de Maio de 1878, *D.G.* n.º110, de 16 de Maio de 1878).

⁵⁵ A.H.M.M. - *Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho* - Freguesia da Ericeira - *Requerimento de súplica*, Exp.a 23-2-1887 - C.P.4 - E-28.

⁵⁶ É de referir que algumas encarregadas de educação eram alfabetizadas mas, pela impossibilidade de consultar outras fontes, não nos foi possível averiguar com maior rigor. Contudo, enfatiza-se que se trata de uma aproximação ao número de encarregados de educação alfabetizados.

⁵⁷ A professora oficial da cadeira do sexo feminino da Ericeira solicitava, oficiosamente, ao Administrador do Concelho, oito dias de Licença «para tratar de negocios de familia», e a respectiva autorização para que a substituísse, Libânia Augusta Pereira, sua ex-discípula, que exercia o ensino particular na Freguesia. Assinava a Professora Penélope Elisa das Dors Faria, em 16 de Agosto de 1880 (A.H.M.M. - *Lv. n.º 3* - Freguesia da Ericeira - Of. º, s/ n. º, de 17-08-1880 - C.P.4 - E-28).

⁵⁸ A.H.M.M. - *Cópia do Of. n.º 341 de 29-7-1880, expedido pelo Presidente da C.M.de Mafra, dirigido ao Professor da Escola Régia da Ericeira* - Freguesia da Ericeira - C.P.4 - E-28.

⁵⁹ A.H.M.M. - *Of. avulso de 11-5-1880, expedido pelo Professor da Escola Oficial da Ericeira* - Freguesia da Ericeira - C.P.4 -E-28.

⁶⁰ Para os exercícios, a sala deveria respeitar as seguintes condições: «(...) o espaço de **1 m2 por aluno; 3m de altura** desde o sobrado até ao teto; **2 ou mais janelas** envidraçadas, além da porta de entrada» (Portaria de 7 de Julho de 1871).

⁶¹ A.H.M.M. - *Cópia do Of. expedido pelo Delegado Paroquial e dirigido ao Presidente da Junta de Paróquia da Ericeira, Joaquim Ferreira Patacas, em 25 de Dezembro de 1881* - Freguesia da Ericeira - C.P.4 - E-28.

⁶² A.H.M.M – *Of. n.º 2 expedido pela Junta Escolar do Concelho de Mafra, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Mafra* - Reg. de 10-1-82 - C.P.4 - E-28.

⁶³ A.H.M.M – *Of. n.º 30, expedido pela Junta Escolar do Concelho de Mafra, dirigido ao Administrador de Mafra* - Reg.de 15-7-82/ *Anexo Of. s/ n.º, expedido pelo Professor Luís Vieira ao Delegado Paroquial da Ericeira* - 29-5-1882/ *Of. s/ n.º* /Expedido do Delegado ao Presidente da Junta Escolar do Concelho de Mafra - C.P.4 -E-28.

⁶⁴ **As Filarmónicas** tinham um papel muito importante na Cultura local, participando em eventos de Filantropia e de carácter religioso: festas tradicionais religiosas, locais ou de outras Freguesias; animavam ainda, concertos, quermesses, etc.. (Ver Silva, 1996: 60)

⁶⁵ Em Sessões da Vereação Camarária, de 04-08-1880 (fl. 49) e de 25-08-1880 (fl. 52 v.), deliberava-se proceder à mudança provisória de instalações da casa pública do sexo masculino para uma casa arrendada no valor de 36\$000 réis anuais, dado que a Santa Casa da Misericórdia da Ericeira não possuía casa disponível para o ensino dos meninos. (A.H.M.M. – *Lv. de Actas da Sessão da Vereação* – 12-11-1879 a 20-08-1884 – n.º 000013)

⁶⁶ Retiram-se outros valores de despesa certa, como: 16\$000 réis para habitação do professor, 2 livros de recenseamentos escolares no valor de 1\$200 réis, despesas diversas no valor de 20 \$000 réis, que computam o montante total de 155\$635 réis.

⁶⁷ «Banco de assento quadrado ou redondo, sem encosto, e destinado a uma só pessoa» (Costa, J. Almeida, Melo, A. Sampaio, *Dicionário da Língua Portuguesa*, 8ª Edição Revista e actualizada, Porto Editora, 1991).

⁶⁸ A.H.M.M – *Nota de Encomenda de Mobília Escolar mais urgente para a Escola do Sexo Masculino de 19-8-1896/Of. s/ n.º de 27-8-1896 dirigido ao Administrador do de Mafra*, expedido pelo Professor Luís Manuel Viera - C.P.5 - E-28.

⁶⁹ «COROGRAFIA – Geografia – Estudo geográfico particular de uma região ou de um país» (Costa, J. Almeida, Melo, A. Sampaio, *Dicionário da Língua Portuguesa*, 8ª Edição revista e actualizada, Porto Editora, 1991).

⁷⁰ Boletim a que se refere o Decreto de 6 de Maio de 1890, publicado no *D. G.*, n.º 103 de 9 de Maio de 1892/ rectificação publicada no *D. G.* n.º 104 de 10 de Maio de 1892, Artº43º.

⁷¹ A.H.M.M – *Of. e Circ. das Escolas do Concelho/ Of. n.º 11/ Ericeira em 17- 6- 1896/ Regedoria da Paróquia da Ericeira/ Of. e Circ. das Escolas do Concelho/ C.P.5-E-28 - Séc.XIX*

⁷² A.H.M.M. – *Liv.n.º 271 – Actas das Sessões de Exames Comissão Inspector de Exames / Lv. 90- Termos de Exames de Instrução Primária* - p.15v. / *Lv. 91- Termos de Exames de Instrução Primária* – p.8 v / *Lv. 321 Correspondência Expedida pela Comissão Inspector de Exames* – p.30

⁷³ A.H.M.M. – *Lv. Rec. Esc. – Freguesia de S. Pedro Ericeira -1882 – C.G.1 / Lv. Correspondência Expedida pela Comissão Inspector de Exames* – n.º 321 – p.30/ *Lv. Rec. dos E.E. do Concelho* –1882 - n.º 69 - p. 2.

⁷⁴ A.H.M.M. – *Lv. Rec. Esc. – Freguesia de S. Pedro Ericeira -1886 – C.G.1 / Lv. Correspondência Expedida pela Comissão Inspector de Exames* n.º 321 – p.36 / *Lv. Rec. dos E.E. do Concelho* -1882 - n.º 69 - p.6.

⁷⁵ Carvalho, António de Deus Ramos Ponces de, *Éléments pour l'Histoire d'une École de Formation des Instituteurs de Maternelle*, Lisboa, E.S.E. João de Deus, 1991, p. 12.

⁷⁶ A.H.M.M. – *Lv. de Actas das Sessões da Junta Escolar do Concelho de Mafra* - 1881-1883 - n.º 338 - Sessão de 15-1-1883, p. 17.

⁷⁷ A.H.M.M. – *Ofícios e Circulares de Várias Escolas do Concelho* – Freguesia da Ericeira - Séc. XIX – C.P.n.º 4 /5 – E-28.

⁷⁸ «(...) A obtenção deste *poder de compra* social, obedecendo a *estratégias de enriquecimento poliforme*, prefigura o que se irá passar no século XIX: **o negociante** recusa *deixar-se aprisionar numa especialização e, por isso, além de especulações comerciais com os mais diferentes géneros, no mercado interno e externo, na exportação e na importação, arremata encomendas e outras rendas, é contratador, financeiro, segurador, armador e consignatário de navios, industrial, e até em numerosos casos proprietário*» (Fonseca, Fernando Taveira da, “Elites e Classes Médias” in *História de Portugal - O Liberalismo [1807-1890]*, Quinto Volume [Dir. de José Mattoso e Coord. de Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque], Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 397).

⁷⁹ «(...) Procurava-se proteger a honra e a situação material da mulher, as quais fora do casamento, seriam dificilmente mantidas nos mais carecidos meios sociais. As instituições da assistência acudiam quando faltava a sombra tutelar do pai, proporcionando meios que atraíssem novo guardião – o marido. Raras eram as misericórdias que não administravam legados atribuídos com esse fim» (Fonseca, Lopes, Maria Antónia, “Os pobres e a Assistência Pública” in *História de Portugal - O Liberalismo [1807-1890]*, Quinto Volume [Dir. de José Mattoso e Coord. de Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque], Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p.p. 432).

⁸⁰ A.H.M.M – *Mapas Estatísticos das Escolas Nocturnas do Concelho de Mafra* – C. P. 6 – E-28.